

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

A DINÂMICA INTERNA DOS PARTIDOS BRASILEIROS NA ALOCAÇÃO DE
RECURSOS DO FUNDO PARTIDÁRIO

Barbara Botassio

Orientador: Prof. Dr. Pedro José Floriano Ribeiro

SÃO CARLOS

2018

BARBARA BOTASSIO

A DINÂMICA INTERNA DOS PARTIDOS BRASILEIROS NA ALOCAÇÃO DE
RECURSOS DO FUNDO PARTIDÁRIO

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Programa de Ciência Política da
Universidade Federal de São Carlos,
para a obtenção do título de mestre em
Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Pedro José Floriano Ribeiro

Instituição Financiadora: CAPES

SÃO CARLOS

2018

A dinâmica interna dos partidos brasileiros na alocação de recursos do Fundo
Partidário



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Barbara Caroline Botassio, realizada em 28/02/2018:

Prof. Dr. Pedro José Floriano Ribeiro
UFSCar

Profa. Dra. Simone Diniz
UFSCar

Profa. Dra. Maria do Socorro Sousa Braga
UFSCar

Prof. Dr. Oswaldo Amaral
UNICAMP

Certifico que a defesa realizou-se com a participação à distância do(s) membro(s) Pedro José Floriano Ribeiro Oswaldo Amaral e, depois das arguições e deliberações realizadas, o(s) participante(s) à distância está(ão) de acordo com o conteúdo do parecer da banca examinadora redigido neste relatório de defesa.

Prof. Dr. Pedro José Floriano Ribeiro

Dedico a dissertação aos meus pais,
João e Adriane, ao meu irmão João
Victor e especialmente ao Leandro.

AGRADECIMENTOS

Durante o tempo de graduação e de mestrado em que estive envolvida com este trabalho recebi suporte e incentivo de algumas pessoas, a quem agradeço agora.

Em primeiro lugar a meu orientador, Pedro Floriano Ribeiro, pela ajuda cautelosa, que me deu segurança para terminar este trabalho e também por todo o aprendizado tanto na orientação de pesquisa quanto em sala de aula.

À professora Maria Socorro Braga com quem tive aula durante o mestrado e participou da minha banca de qualificação, agradeço pelas contribuições, que tornaram este trabalho mais rico. Agradeço também ao professor Oswaldo Amaral que gentilmente aceitou o convite de estar na banca.

Agradeço também a minha família e amigos pela compreensão em todas às vezes que não pude estar presente devido a este trabalho. Em especial agradeço aos amigos que de alguma forma me ajudaram nesta trajetória: Guilherme, Leonardo, Fabiana, Brina, Bárbara, Mércia, Laura e Lucilly.

Agradeço também à CAPES pela bolsa de mestrado, à Universidade Federal de São Carlos e ao espaço LIDEPS por toda infraestrutura que tornou este trabalho possível.

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E PARTIDOS

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

CPN – Conselho Político Nacional

DE – Diretório Estadual

DEM – Democratas

DN – Diretório Nacional

FP – Fundo Partidário

LOPP - Lei Orgânica dos Partidos Políticos

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PDS – Partido Democrático Social

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PP – Partido Progressista

PSC – Partido Social Cristão

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PST – Partido Social Trabalhista

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados

PT – Partido dos Trabalhadores

PTR – Partido Trabalhista Renovador

PV – Partido Verde

STF – Supremo Tribunal Federal

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

LISTA DE TABELAS E MAPAS

Tabela 01	Eleições presidenciais nos períodos analisados.....	16
Tabela 02	Materiais utilizados.....	18
Tabela 03	Níveis de análise da dissertação.....	20
Tabela 04	Distribuição do número do eleitorado por estado.....	21
Tabela 05	Categorias de análise.....	22
Tabela 06	Proporção entre os recursos públicos e privados.....	28
Tabela 07	Estados Federativos e Estados Unitários.....	30
Tabela 08	Percentual de distribuição do Fundo Partidário.....	50
Tabela 09	Percentual de subsídios distribuídos aos Diretórios Estaduais dos partidos que recebem mais recursos do Fundo Partidário.....	51
Tabela 10	Operacionalização das correlações das variáveis.....	53
Tabela 11	Correlação entre distribuição de recursos e êxito eleitoral – Média dos Diretórios Estaduais do PT.....	54
Tabela 12	Correlação entre distribuição de recursos e êxito eleitoral – Média dos Diretórios Estaduais do PMDB.....	56
Tabela 13	Correlação entre distribuição de recursos e êxito eleitoral – Média dos Diretórios Estaduais do PSDB.....	59
Tabela 14	Correlação entre distribuição de recursos e êxito eleitoral – Média dos Diretórios Estaduais do PFL/DEM.....	61
Tabela 15	Correlação entre distribuição de recursos e quantidade de eleitores por estado.....	65
Esquema 1	Distribuição interna do Fundo Partidário conforme estatuto do PSDB.....	41

Esquema 2	Distribuição de do Fundo Partidário conforme Estatuto do PT.....	43
Mapa 1	Distribuição de recursos por Diretório estadual PT – 2007.....	55
Mapa 2	Distribuição de recursos por Diretório Estadual PT – 2010.....	55
Mapa 3	Distribuição de recursos por Diretório Estadual PMDB – 2015.....	57
Mapa 4	Distribuição de recursos por Diretório Estadual PSDB – 2015.....	60
Mapa 5	Distribuição de recursos por Diretório Estadual PFL/DEM – 2007.....	62
Mapa 6	Distribuição de recursos por Diretório Estadual PFL/DEM – 2015.....	62
Mapa 7	Distribuição de recursos por Diretório Estadual PP – 2007.....	64

SUMÁRIO

RESUMO	10
INTRODUÇÃO	11
Problematização, objetivos, hipóteses e justificativa.....	15
Procedimentos metodológicos.....	18
Seção 1 – O impacto do Federalismo nas Organizações Partidárias	
Introdução.....	24
1.1 Organização dos partidos.....	24
1.2 Os partidos políticos e o Estado.....	27
1.3 Os partidos políticos e o Federalismo.....	30
1.4 O Federalismo no Brasil e os partidos multiníveis.....	34
Seção 2 – Trajetória das Organizações e seus Estatutos	
Introdução.....	37
2.1 DEM - Formação Histórica e Estatuto.....	38
2.2 PSDB - Formação Histórica e Estatuto	41
2.3 PT - Formação Histórica e Estatuto.....	43
2.4 PMDB - Formação Histórica e Estatuto.....	45
2.5 PP - Formação Histórica e Estatuto	48
Considerações.....	49
Seção 3 – Análise dos dados	
Introdução.....	50
3.1 Centralização de recursos no Diretório Nacional.....	51
3.2 Correlação entre distribuição de recursos e êxito eleitoral.....	54
3.2.1 Análise dos dados do PT.....	55
3.2.2 Análise dos dados do PMDB.....	58
3.2.3 Análise dos dados do PSDB.....	60
3.2.4 Análise dos dados do DEM.....	62
3.2.5 Análise dos dados do PP.....	65
3.3 Categorização dos partidos.....	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	74
ANEXOS	80

RESUMO

Com o crescente adensamento dos recursos públicos destinados aos partidos políticos no Brasil, a pesquisa apresentará dois planos de análise: O primeiro nível corresponde a uma comparação entre as organizações partidárias em relação a concentração de recursos do Fundo Partidário no Diretório Nacional. Enquanto o segundo nível de análise, corresponde a um estudo organizacional vertical de quais Diretórios Estaduais recebem mais recursos do Diretório Nacional e quais são os determinantes para que isso ocorra. O recorte dessa dissertação engloba PT, PMDB, PSDB, DEM e PP durante o período de 2007 até 2015. Os cinco partidos apresentam maior porcentagem de distribuição do Fundo Partidário no período analisado, e além disso, possibilitam comparações em relação ao perfil ideológico, de origem organizacional e de estratégias eleitorais. A hipótese é que os Diretórios Estaduais que recebem mais recursos financeiros são os com maior êxito na arena eleitoral.

Palavras-chave: partidos políticos; organização interna; fundo partidário; alocação de recursos.

Introdução

Os recursos financeiros são um dos elementos que permitem o funcionamento institucional regular dos partidos políticos e o desenvolvimento de suas atividades primordiais. Com a crescente substituição do trabalho voluntário pelo profissional, a disputa por esses recursos tornou-se tão importante para a legenda quanto à própria disputa por votos (RIBEIRO, 2009). Nesse contexto, a dissertação tem por finalidade analisar o funcionamento dos partidos a partir da alocação intrapartidária de seus recursos financeiros.

Os partidos contam com diversas fontes de recursos financeiros em períodos eleitorais ou entre pleitos como, por exemplo, doações de pessoas físicas, pessoas jurídicas, dos próprios filiados que ocupam cargos eletivos, entre outros¹. Contudo, a intenção é verificar como os partidos lidam com os recursos oriundos do Fundo Partidário e mais especificamente quais são os determinantes para que alguns estados recebam mais recursos financeiros que outros estados de mesmo partido.

A dissertação apresentará dois planos de análise: O primeiro nível correspondente a uma comparação entre as organizações partidárias, de como são distribuídos os recursos do Fundo Partidário para o Diretório Nacional em relação a descentralização ou centralização do dinheiro público recebido. E no segundo nível de análise, um estudo vertical de quais estados recebem mais recursos do Diretório Nacional e quais são os determinantes para que isso ocorra.

Um fator fundamental para compreendermos o financiamento partidário no país perpassa a evolução dos marcos legais que regulamentam as organizações partidárias. Ribeiro (2009) aponta que o Brasil tem uma longa tradição e ingerência estatal sobre o financiamento dos partidos políticos. No início dos anos 70 foi criada a Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP), que conferia verniz legal a proibição de novas legendas ao impor uma série de restrições que beneficiaram a Arena e o MDB². Em 1979 é instituída a Lei da

¹ Isto referente até o ano de 2015, mais a frente haverá citação das mudanças aprovadas na

² Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Reforma Partidária que pretendia dissolver a Arena e o MDB e também abrandar os entraves do LOPP. A lei não alterou a normatização sobre o financiamento partidário que continuou em vigor até meados dos anos noventa, mas a reforma proibiu doações de pessoas ou entidades estrangeiras.

Promulgada em 1995 a Nova Lei dos Partidos Políticos regulamentou o Artigo 17 da Constituição Brasileira de 1988, que implantava a autonomia partidária no país. A nova legislação trouxe mudanças importantes. Em primeiro lugar, concedeu autonomia aos partidos políticos no que tange a sua organização interna, abolindo as normas do LOPP. Em segundo lugar, trouxe um acréscimo substancial dos recursos públicos repassados às legendas e com ele um aumento das exigências e da fiscalização nas prestações de contas dos partidos perante os órgãos de controle. A partir de então, o Fundo Partidário seria constituído principalmente por dotações orçamentárias anuais da União que somassem pelo menos trinta e cinco centavos de real por eleitor, conforme o eleitorado inscrito no final do ano anterior³. A nova regulamentação acabou com a proibição de doações de empresas privadas, que a datar de então, poderiam doar para os diretórios em todos os níveis (RIBEIRO, 2009).

Por sua vez, essa legislação configura um modelo de distribuição de recursos altamente questionado em função do seu caráter concentrador sobre as grandes organizações partidárias. O que se percebe na análise dos recursos para os diferentes partidos é uma tendência à concentração dos recursos nos partidos com maior representatividade na Câmara dos Deputados, em que pese à distribuição proporcional dos recursos, que acaba sendo a tônica do financiamento público (SPECK, 2005; BRAGA & BOURDOUKAN, 2009; CAMPOS, 2011).

De acordo com Campos (2011), o modelo de custeio público direto adotado no Brasil ressalta a importância das regras na condução das estratégias e na competitividade do sistema partidário-eleitoral. A nova legislação que concedeu maior autonomia aos partidos em sua organização interna também elevou exponencialmente a base estatal de financiamento

³E também por multas e penalidades aplicadas pela justiça eleitoral.

dessas organizações. Essa dependência dos recursos estatais alteraria a correlação de poder interno a favor dos ocupantes de cargos públicos, que passam a dominar os órgãos do partido, fazendo com que a liderança partidária reforce sua posição mediante estratégias de concentração de poder interno que podem prejudicar as bases do partido (RIBEIRO, 2013).

De acordo com Panebianco (2005), a centralidade do processo decisório, pode criar assimetrias na distribuição dos recursos internos, concentrando benefícios a partir de definições estratégicas das elites partidárias, em todas as esferas dos partidos, porém com uma hierarquia definida pela direção nacional. Desse modo, a estrutura organizacional partidária pode se beneficiar do controle das chamadas “zonas de incerteza”⁴.

Este fato coloca em destaque as lideranças partidárias como atores estratégicos na distribuição dos recursos partidários aos candidatos, o que atribui maior força dos próprios partidos na esfera eleitoral, a partir do controle de uma zona de incerteza importante no processo eleitoral (Panebianco, 2005). Desta forma, se os recursos estão centralizados nos órgãos de direção nacional dos partidos, há ainda outra forma de concentração, talvez até mais expressiva, que é a forma de distribuição dos recursos aos partidos, conjugada com os efeitos da autonomia que possuem (Campos, 2011).

A dissertação tem dois objetivos centrais, o primeiro deles é o de analisar quais são os critérios de repasse de recursos financeiros dentro das organizações partidárias, esclarecendo como esses recursos são distribuídos entre os Diretórios Estaduais. E o segundo objetivo, de comparar entre os partidos brasileiros qual a taxa de centralização e descentralização dos subsídios públicos nos Diretórios Nacionais.

Para o cumprimento dos objetivos propostos, na primeira seção da dissertação será exposta uma discussão sobre a aproximação dos partidos políticos e o Estado e as consequências dessa relação de dependência, uma vez que os recursos financeiros que serão tratados na dissertação são oriundos do Fundo Partidário. Também será abordada a questão do

⁴ De acordo com o autor, representam atividades fundamentais para o funcionamento e sobrevivência dessas organizações.

federalismo de uma forma mais geral, e de seu impacto nos partidos multiníveis no Brasil, tomando por base alguns autores como Chandler e Chandler (1987), Carty (2004), Deschouwer (2006), Arretche (1996, 2004), Souza (2005) e van Houten (2009). Este debate é de muita relevância para que possamos introduzir o funcionamento das organizações partidárias multiníveis, para então compreendermos como se dá a alocação dos recursos financeiros dentro dessas organizações.

Na segunda seção da dissertação nos debruçaremos sobre a trajetória dos partidos políticos e também na análise dos estatutos, em relação às normas formais de alocação de recursos intrapartidários. Segundo Deschouwer (2006), a instituição formal é uma das variáveis que podem inferir na organização partidária, pois diz respeito à maneira como os partidos organizam-se nos diferentes níveis do sistema e também de sua penetração territorial.

A terceira seção será dedicada à exposição, análise e discussão dos resultados encontrados. De tal forma que será desenvolvida a discussão em torno dos resultados, no qual poderemos analisar a alocação intrapartidária dos cinco partidos de forma a observar sua descentralização ou centralização, em consonância com a literatura utilizada. O material para a análise consiste na prestação de contas realizadas pelo DEM, PSDB, PMDB, PT e PP em nove anos, do período de 2007 até 2015.

Pretende-se com o exposto analisar como se dá a distribuição do Fundo Partidário dentro das organizações partidárias, quais são os critérios de repasse para os órgãos subnacionais e como a descentralização ou a centralização desses recursos intervém na dinâmica dos partidos políticos brasileiros. Segundo a hipótese a ser testada, o êxito eleitoral dos diretórios estaduais tem impacto na distribuição interna de recursos.

Problematização, objetivos, hipóteses e justificativa.

A escolha por analisar somente a alocação de recursos do Fundo Partidário e não os recursos privados foi devido à importância crescente do Fundo Partidário na sustentação do sistema político brasileiro. Segundo a literatura, o fundo partidário é o principal responsável pelo financiamento das organizações em anos não eleitorais, e, portanto, mais eficazes para estudos de ordem organizativa (RIBEIRO, 2009; CAMPOS, 2011).

Além disso, no ano de 2016, o Supremo Tribunal Federal (STF) votou pela inconstitucionalidade das normas que permitem as empresas doarem para campanhas eleitorais, com isso, perderam a validade as regras que permitiam as contribuições empresariais. A decisão não proíbe que pessoas físicas façam doações às campanhas. Pela lei, cada indivíduo pode contribuir com até 10% de seu rendimento no ano anterior ao pleito. Embora seja mais um fator que justifique o estudo do impacto dos recursos públicos nas organizações partidárias, a dissertação não entrará nesse mérito, uma vez que o recorte da pesquisa é de um período anterior a mudança, de 2007 até o ano de 2015.

A começar dos objetivos estabelecidos, as perguntas de pesquisa, considerando os dois níveis de análise propostos são: a) como os recursos são alocados dentro dos partidos brasileiros? b) quais são os fatores determinantes para a distribuição de recursos aos estados? Definido as perguntas de pesquisa, o projeto parte da hipótese de que os diretórios que recebem mais dinheiro são os diretórios estaduais com maior êxito⁵ eleitoral em nível estadual.

A hipótese é baseada em uma pesquisa de Harbers (2012), que usa um conjunto de dados originais de transferências intrapartidárias examinando a alocação de recursos em três partidos mexicanos. A análise do autor demonstrou padrões diferentes de gastos nos partidos: a descentralização dos

⁵ Por forte, entende-se estados que tenham mais sucesso na arena eleitoral com maior número de deputados federais eleitos.

recursos aumentava o poder e o prestígio de cargos subnacionais e também a concentração de recursos em estados fortes eleitoralmente.

De acordo com Braga e Bourdoukan (2009), o PMDB e o PSDB optam por uma distribuição descentralizada do fundo partidário, o que contribui para a manutenção e da vitalidade de grupos políticos estaduais em detrimento das lideranças estaduais, enquanto o PT por exemplo, tende a concentrar mais da metade desses recursos na Cúpula Nacional. Segundo os autores, há diferenças na forma de distribuição dos recursos internamente, e esta seria uma agenda interessante de pesquisa.

Partindo do exposto, e buscando compreender como ocorre alocação do Fundo Partidário nos moldes de centralização e descentralização de recursos nos Diretórios Nacionais dos partidos políticos brasileiros, pretende-se analisar os demonstrativos do fundo partidário dos seguintes partidos: PT, PMDB, PSDB, DEM e PP de 2007 até o ano de 2015.

Os cinco partidos foram escolhidos pois possuem a maior porcentagem de distribuição do fundo partidário em 2015⁶. Além disso, os cinco partidos possibilitam comparações em relação ao perfil ideológico, de origem organizacional e de apresentação ou abstenção de candidaturas para o cargo da Presidência da República. A análise longitudinal começa em 2007 que é o primeiro ano em que os demonstrativos de receitas e despesas partidárias estão disponíveis pelo site do TSE e também o ano em que os partidos brasileiros se financiaram, principalmente com os recursos do fundo partidário (RIBEIRO, 2009).

⁶ Juntos PT, PSDB, PMDB, DEM e PP arrecadaram 34,24% da distribuição do Fundo Partidário no ano de 2015 (Duodécimos). Fonte: <http://www.tse.jus.br/>

Tabela 1: Eleições presidenciais no período analisado (Segundo turno)

Eleição 2010	Eleição 2014
Dilma Rousseff (PT) ⁷ e Michel Temer (PMDB).	Dilma Rousseff (PT) ⁸ e Michel Temer (PMDB).
José Serra (PSDB) ⁹ e Indio da Costa (DEM).	Aécio Neves (PSDB) ¹⁰ e Aloysio Nunes (PSDB)..

Fonte: Elaboração própria

O período selecionado de 2007 até 2015 nos permite analisar dois períodos de eleições gerais (2010 e 2014) e os períodos entre pleitos. Desta forma, seria possível considerar se os partidos que disputam as eleições gerais tendem a concentrar seus recursos nesse período como forma de estratégia eleitoral. Recursos públicos esses, que seriam originalmente destinados para a manutenção da máquina partidária.

Entre as diversas formas de custeio do sistema democrático, o financiamento partidário ocupa frentes importantes. Nessa ordenação, o financiamento público, seja na forma direta ou indireta, assume um peso significativo como parte desse custeio. O uso do recurso público na sustentação das organizações partidárias e a forma como os partidos multiníveis coordenam suas ações entre os níveis locais, regionais e nacionais devem ser analisados, pois tem consequências importantes para sua organização e para a democracia intrapartidária, bem como, para o funcionamento do federalismo e da qualidade de democracia (PINTO-DUSCHINSKY, 2002; SPECK, 2005; RUBIO, 2004).

Ademais, o estudo do financiamento público das organizações partidárias revela o estreitamento dos laços partidários com o Estado e suas consequências são importantes para a democracia e também para a disputa

⁷ Coligação: Para o Brasil seguir mudando (PT, PMDB, PDT, PCdoB, PSB, PR, PRB, PSC, PTC e PTN)

⁸ Coligação: Com a Força do Povo (PT, PMDB, PSD, PP, PR, PDT, PRB, PROS, PCdoB).

⁹ Coligação: O Brasil pode mais (PSDB, DEM PPS, PMN, PTdoB e PTB).

¹⁰ Coligação: Muda Brasil (PSDB, SD, PMN, PEN, PTC, DEM, PTdoB e PTB).

intrapartidária. O estreitamento dessa relação faz com que o Estado atue como intermediário entre os partidos e a sociedade civil e seus efeitos devem ser investigados (MAIR, 1994; RIBEIRO 2013).

Procedimentos metodológicos

A pesquisa utilizará métodos quantitativos como ferramenta para a coleta e análise dos dados, por ser mais adequada à proposta e ao objetivo da pesquisa. A abordagem teórica escolhida é a da teoria organizacional, uma vez que, interpreta o partido como uma organização que tem por objetivo a sua continuidade e maximização de seus benefícios e a diminuição de suas perdas por meio de escolhas estratégicas.

Com a finalidade de atender aos objetivos inicialmente propostos para compreender o processo de alocação intrapartidário dos recursos financeiros (dos Diretórios Nacionais para seus Diretórios Estaduais), serão utilizadas duas fontes de material empírico que compõe a execução da pesquisa. Primeiro, os dados oficiais elaborados pelos partidos políticos. No Brasil o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) tem regras consistentes para prestação de contas, e amplos mecanismos de controle de origem e de gastos, que são impostos aos partidos. Esses dados ficam à disposição na plataforma online do tribunal para consulta pública. Os documentos analisados serão demonstrativos dos recursos do fundo partidário distribuídos aos órgãos estaduais, que fazem parte da prestação de contas entregue pelo Diretório Nacional de cada partido ao TSE.

Esses dados sobre os recursos do Fundo Partidário serão sistematizados, a fim de comparar como a alocação de recursos é feita por cada partido em níveis subnacionais. Também levando em consideração anos de eleições gerais e locais e avaliando os Diretórios Nacionais na medida em que concentram ou descentralizam os recursos do Fundo Partidário.

Além desses dados, o segundo material que compõe a execução da pesquisa são os estatutos partidários que serão utilizados para compreender se: a) existem normas para distribuição de recursos do fundo partidário b) em

caso positivo, se essas normas estipulam a centralização ou distribuição desses recursos c) e se os estatutos estipulam responsabilidade as cúpulas nacionais pela sobrevivência financeira dos diretórios estaduais. Esta segunda fonte utilizada dos estatutos partidários tem por finalidade analisar composições normativas internas partidárias que possam influenciar na alocação interna partidária.

Tabela 2. Materiais utilizados

Material	Finalidade
Estatutos Partidários	Compreender as regras formais
Demonstrativos do Fundo Partidário	Analisar a concentração e distribuição desse recurso nesses partidos
Demonstrativo de Receitas e despesas	Analisar o repasse do Fundo partidário dentro dos órgãos do partido

Fonte: Elaboração própria

Segundo Katz e Mair (1992), as normas oficiais constituem uma referência que permite a comparação entre o funcionamento partidário formal previsto e a dinâmica real da organização. As normas formais importam porque constituem as instituições que regulam a dinâmica intrapartidária, em termos da competição dos dirigentes, das relações entre as instâncias e do controle sobre os recursos.

Além do mais, a forma como os partidos se organizam é fundamental para compreender a força, capacidade de respostas e estratégias políticas. Em um ambiente multinível como o Brasil, a organização partidária engloba a forma como os partidos políticos mantem organizações integradas em todos os níveis

de governo. E isso inclui a forma como organizações estaduais e federais são estruturalmente integradas, até que ponto os recursos e serviços são compartilhados por meio dessas ligações e até que ponto os níveis do partido são considerados homogêneos em metas e interesses compartilhados (RIBEIRO e FABRE, 2016).

Tabela 3: Níveis de análise da dissertação

Primeiro Nível de análise	Segundo Nível de análise
Análise da distribuição do Fundo Partidário para o PT, PSDB, PMDB, DEM e PP (De 2007 até 2015).	Análise vertical de cada um dos partidos na distribuição de recursos por estado.
Analisar quais partidos concentram ou repassam mais os recursos oriundos do Fundo Partidário.	Compreender qual o determinante para alguns estados receberem mais recursos que outros, em um mesmo partido.

Fonte: Elaboração própria

No primeiro nível de análise será realizada uma comparação de centralização de recursos no Diretório Nacional entre os cinco partidos que mais recebem recursos do Fundo Partidário, a intenção é analisar as diferenças e semelhanças entre esse grupo de partidos na estratégia de distribuição de seus recursos financeiros. Enquanto no segundo nível de análise, será realizado o estudo vertical de distribuição de recursos para os diretórios estaduais.

A partir da observação dos dois planos de análise, os partidos serão classificados em quatro diferentes categorias, conforme a observação dos dados. A primeira categoria de partido centralizado/descentralizado já é usual na literatura e será consultada para a classificação apropriada dos partidos. Já

a categoria Igualitário/Desigualitário refere-se à maneira como o Diretório Nacional repassa os recursos financeiros para seus Diretórios Estaduais.

A categoria de distribuição igualitária/desigualitária entre os diretórios estaduais está relacionada à proporção do número de eleitores de cada estado. Portanto, os partidos que distribuem seus recursos conforme a quantidade do número de eleitores de cada estado serão considerados como igualitários, enquanto os partidos que não seguem essa lógica de distribuição serão considerados como desigualitários.

Tabela 4: Distribuição do número do eleitorado por estado

Estado	Eleitores (%)
São Paulo	22%
Minas Gerais	11%
Rio de Janeiro	9%
Bahia	7%
Rio Grande do Sul	6%
Paraná	6%
Pernambuco	5%
Ceará	4%
Santa Catarina	3%
Pará	3%
Maranhão	3%
Goiás	3%
Paraíba	3%
Espírito Santo	2%
Rio Grande do Norte	2%
Piauí	2%
Mato Grosso	1%
Alagoas	1%
Amazonas	1%

Distrito Federal	1%
Mato Grosso do Sul	1%
Sergipe	1%
Rondônia	1%
Tocantins	1%
Acre	0%
Amapá	0%
Roraima	0%
Total	100%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE - 2017

Espera-se que os diretórios estaduais situados em estados com os colégios eleitorais maiores demandem mais recursos para a sobrevivência organizacional e também para o êxito eleitoral subnacional, portanto uma distribuição que privilegiaria os maiores diretórios estaduais seria considerada mais igualitária.

Tabela 5: Categorias de análise

Partido Centralizado Igualitário	Partido Descentralizado Igualitário
Partido Centralizado Desigualitário	Partido Descentralizado Desigualitário

Fonte: Elaboração própria

Portanto, a categoria de Partido Centralizado Igualitário, refere-se aos partidos que concentram a maioria dos recursos no nível nacional, porém de maneira igualitária no repasse dos recursos aos diretórios subnacionais. Enquanto, a categoria de Partido Centralizado Desigualitário refere-se aos partidos que também concentram boa parte dos recursos no nível nacional,

mas em compensação, distribuem o restante de maneira desigualitária para seus Diretórios Estaduais.

A categoria de Partido Descentralizado Igualitário indica os partidos que descentralizam seus recursos do Diretório Nacional e os distribuem de maneira proporcional ou igualitária aos Diretórios Estaduais. Enquanto o Partido Descentralizado Desigualitário também descentraliza boa parte de seus recursos, porém, o distribui de maneira desigual entre os Diretórios Estaduais.

Espera-se que com a categorização dos dados, seja possível demonstrar a importância da alocação de recursos intrapartidários na organização interna dos partidos políticos que atuam em múltiplos níveis institucionais.

Seção 1. O impacto do Federalismo nas Organizações Partidárias

Introdução

Na primeira seção do capítulo vamos nos ater às abordagens e estudos que tratam da estrutura e da organização interna dos partidos políticos. Pretendemos fazer uma breve apresentação dos trabalhos clássicos da área, as questões levantadas e as respostas encontradas, de maneira a construir um diálogo com a literatura específica do objeto de pesquisa.

Na segunda seção deste capítulo será abordada a relação dos partidos políticos com o Estado, de maneira a elucidar a crescente dependência dos partidos políticos com os recursos públicos para a sua própria sobrevivência organizacional (Katz e Mair, 1995) e também as possíveis implicações dessa aproximação para estas organizações.

Nas seções seguintes pretendemos esclarecer elementos conceituais que sustentam teoricamente a dissertação. Levando em consideração o objetivo principal de analisar a estrutura organizativa dos partidos políticos brasileiros, em seus diversos níveis, através da alocação vertical de recursos do Fundo Partidário, propomos trazer uma discussão que justifique a importância de um estudo acerca dos partidos sob essa ótica, tendo como pilares as reflexões sobre o federalismo e os partidos multiníveis.

1.1 Organização dos Partidos

O desenvolvimento dos partidos políticos está associado ao avanço da democracia representativa, à ampliação das prerrogativas parlamentares e principalmente à conquista de direitos políticos como o sufrágio. Sendo assim, o princípio da organização dos partidos políticos e da competição partidária eleitoral, está relacionado à emancipação de setores sociais e da consequente

emergência de partidos de esquerda apoiados por esses setores, principalmente na Europa dos séculos XIX e XX, e ao sistema partidário norte-americano de meados dos séculos XVIII (PANEBIANCO, 2005).

Há uma estreita ligação apontada pela Ciência Política entre os partidos políticos e o funcionamento da democracia representativa. De forma simplificada Amaral (2013) indica pelo menos três funções essenciais que as agremiações desempenham: a) estruturar a competição eleitoral; b) agregar interesses; c) governar e conduzir trabalhos legislativos.

Tomando como base o trabalho de Michels (1982), que serve de alicerce para pesquisas sobre a organização e a distribuição de poder no interior das organizações políticas, o autor defende que os partidos tendem a desenvolver uma estrutura burocrática centralizada e a oligarquização de sua direção¹¹. Segundo o autor, a incapacidade das massas em dirigir a organização, combinada às exigências técnicas-administrativas levaria ao desenvolvimento de uma estrutura burocratizada, comandada por um conjunto de dirigentes profissionais que se preocupam com a manutenção de suas posições internas e com a sobrevivência da organização. Como consequência, decorre uma autonomização da liderança com relação às bases partidárias e uma flexibilização dos princípios ideológicos da organização.

Duverger (1980) sistematizou a diversidade partidária por meio da elaboração de uma tipologia e esboçou uma teoria geral dos partidos políticos. A partir de uma análise comparativa, que combina elementos históricos, ideológicos e organizacionais, o autor desenvolve uma tipologia dos partidos políticos. Entre os tipos construídos destacam-se o partido de quadros e o partido de massa.

O partido de quadro diz respeito às organizações de notáveis formadas no século XIX e que sobreviveram no próximo século, especialmente sob a forma de partidos conservadores e liberais. Já o partido de massa tem seu surgimento atrelado à expansão do sufrágio universal. Desta forma, o partido de massa seria o partido mais adaptado às condições modernas, para o autor,

¹¹ Essa tendência é conhecida como “Lei de Michels” ou “Lei de Ferro da Oligarquia”.

a superioridade dessa organização provocaria uma adaptação por parte dos partidos de quadros (DUVERGER, 1980).

Panebianco (2005) retomou a agenda de pesquisa das organizações partidárias, para compreender o desenvolvimento organizativo dos partidos políticos. O autor concorda com a proposição geral de Kirchheimer (1996) de que os partidos de massa estariam caminhando para o modelo de partido *catch all*. No entanto, o autor ressalta a progressiva profissionalização das organizações causadas pela influência de especialistas.

Katz e Mair (1995) propuseram uma mudança no enfoque dos estudos partidários das relações entre os partidos e a sociedade para os partidos e o estado. Dos partidos e do estado surge o modelo de partido de Cartel, essa relação seria essencial para a organização na aquisição de recursos necessários para a sobrevivência da organização. Os principais indicadores dessa relação com o estado são: a) a garantia de acesso a meios de comunicação de massa, proporcionada pelo Estado; b) o Estado é mantedor dos recursos humanos à disposição dos partidos, assessores e membros do executivo bem como funcionários do partido são mantidos em grande medida, a repasses financeiros provenientes do Estado; c) a atividade e a organização partidária são cada vez mais moldadas a partir da regulamentação estabelecida pelo Estado; d) o Estado confere legitimidade aos partidos perante a sociedade civil, quando estes ocupam cargos públicos; e) os partidos utilizam recursos estatais para a distribuição de incentivos seletivos a seus membros ou grupos sociais que os apoiam (MAIR, 1994).

Nessa pesquisa será analisado a alocação de recursos estatais, desta maneira as implicações de Katz e Mair (1995) são de exímia importância. Para os autores, o estreitamento dos laços partidários com o Estado tem consequências importantes para a democracia e também para a disputa intrapartidária. O estreitamento dessa relação faz com que o Estado atue como intermediário entre os partidos e a sociedade civil.

1.2 Os Partidos Políticos e o Estado

Como dito anteriormente, os partidos de massas têm seu surgimento atrelado à expansão do sufrágio universal e é um modelo de organização partidária que se define primordialmente, em torno de seus vínculos com a sociedade civil. Desta forma, o partido de massas tem se caracterizado muitas vezes em termos da representação e legitimidade, os partidos são, conseqüentemente, estudados e relacionados principalmente em termos de sua relação com a sociedade (DUVERGER, 1980).

No entanto, uma crescente desconexão da política convencional acentuou o enfraquecimento dos vínculos entre os partidos e a sociedade. A passagem de uma época bem-sucedida dos partidos de massa deu assim origem a debates sobre o “declínio” dos partidos no quesito representatividade. (Katz e Mair 1995). Como argumentam Bartolini e Mair (2001), as funções representativas (ou sociais) dos partidos declinam enquanto seu papel processual (ou institucional) ainda está intacto. Isso reflete um processo de transformação organizacional dos partidos políticos europeus que, segundo Katz e Mair (1995), sinaliza um enfraquecimento das suas ligações com a sociedade e uma simultânea intensificação da sua relação com o Estado. Os partidos se afastaram gradualmente e consistentemente da sociedade civil para o Estado, tornando-se cada vez mais fortemente enraizado dentro das instituições do Estado.

A introdução de apoio estatal aos partidos não implica que outros recursos se tornaram irrelevantes, contudo, o Estado assumiu uma importância ainda mais crucial para o financiamento de partidos particularmente porque o financiamento público é visto como um mecanismo chave para alcançar a igualdade de oportunidades. E, portanto, como um instrumento importante para o estabelecimento de uma democracia multipartidária eficaz (van Biezen, 2003).

Uma das questões levantadas é que a introdução de subsídios públicos tornou os partidos políticos cada vez mais dependentes do Estado em

detrimento dos seus vínculos financeiros com a sociedade, tais como contribuições de membros ou outras formas de financiamento de base. Além disso, pode consolidar o *status quo*, e contribuir para a carterização do sistema partidário penalizando os partidos menores e dificultando a entrada de novos (van Biezen e Kopecky, 2014).

Segundo van Biezen e Kopecky (2014) os subsídios do Estado estão disponíveis para os partidos políticos em quase todas as democracias europeias. Para os autores, as diferenças entre democracias de longa data e as mais recentes não são particularmente grandes, mas uma diferença que se pode citar é entre as antigas e as novas democracias dizem respeito à sequência de acontecimentos, ou seja, o momento da introdução dos subsídios públicos em relação ao desenvolvimento e à institucionalização dos partidos políticos e da democracia.

Na maioria das democracias recentes, o financiamento público foi introduzido numa fase precoce do processo de democratização. Nas democracias antigas, o financiamento público foi inevitavelmente introduzido numa fase mais adiantada do desenvolvimento democrático. Enquanto o apoio estatal pode ter ajudado a institucionalização das organizações partidárias jovens e frágeis nas democracias mais recentes, pode também ter removido um incentivo-chave para o desenvolvimento de vínculos estruturais com a sociedade civil; isso tem servido para consolidar as estruturas *top-down* centralizadas que caracterizam muitas organizações partidárias dessas jovens democracias (van Biezen e Kopecky, 2014).

No caso brasileiro, Campos (2011) salienta que o acesso ao financiamento estatal, bem como a forma de alocação dos valores recebidos, pode colaborar na configuração do sistema partidário. Desta forma, os recursos públicos podem contribuir para a estabilização do quadro partidário brasileiro. A composição das receitas dos partidos aponta para um alinhamento com a premissa de Katz e Mair (1995), que consideram que os partidos frente a novos fatores, se aproximam mais do Estado e passam a considerar não somente relação partidos políticos e eleitor. Segundo Campos (2011), a despeito de tais considerações terem sido pensadas originalmente para partidos europeus, a

lógica construída pelos autores aponta alguma semelhança com a realidade encontrada no caso brasileiro.

Tabela 6: Proporção entre os recursos públicos e privados 1998-2015.

	PT (em %)		PSDB (em %)		PMDB (em %)		DEM (em %)		PP (em %)	
	Privado	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	Público
1998	28,0	72,0	29,1	70,9	5,4	94,6	16,7	83,3	2,3	97,7
1999	29,9	70,1	7,9	92,1	10,3	89,7	1,8	98,2	1,7	97,7
2000	24,3	75,7	9,6	90,4	4,2	95,8	0,5	99,5	3,3	96,7
2001	25,5	74,5	3,0	97,0	4,2	95,8	3,3	96,7	1,1	98,9
2002	19,3	80,7	41,8	58,2	4,9	95,1	0,5	99,5	0,9	99,1
2003	25,7	74,3	2,5	97,5	4,5	9,5	1,2	98,8	1,1	98,9
2004	46,9	53,1	10,4	89,6	5,4	94,6	3,9	96,1	4,8	95,2
2005	31,1	68,9	1,9	98,1	5,4	94,6	1,4	98,6	2,5	97,5
2006	62,3	37,7	40,1	59,9	8,1	91,9	29,1	70,9	8,7	91,3
2007	40,3	59,6	15,5	84,5	6,3	93,7	1,7	98,3	0,9	99,1
2008	72,7	27,3	37,5	72,5	27,6	72,4	63,4	36,6	18,5	81,5
2009	38,8	61,2	12,4	87,6	7,2	92,8	5,3	94,7	0,1	99,9
2010	25,0	75,0	95,8	4,2	93,8	1,7	5,3	94,7	87,3	12,7
2011	91,9	8,1	7,6	92,4	7,8	92,2	0,46	99,5	0,7	99,2
2012	44,9	55,1	73,7	26,3	0,8	99,2	68,5	31,5	46,2	53,4
2013	62,7	37,3	40,5	59,5	4,7	95,3	17,5	82,5	39,7	60,3
2014	97,8	0,3	99,2	0,8	66,6	33,5	24,5	75,5	76,7	23,3
2015	0,9	99,1	2,9	97,1	3,8	96,2	0,8	99,2	-	-

Fonte: Campos (2011, pp. 26); Atualização no período de 2010 a 2015 a partir de dados do TSE.

Na tabela acima, Campos (2011) considera a proporção de recursos públicos e privados. Podemos observar que em anos não eleitorais, a parcela privada das receitas partidárias cai consideravelmente, contudo, em anos eleitorais, o volume de receita privada aumenta, mas fica abaixo dos repasses públicos na composição das receitas, salvo algumas exceções.

Os dados mostram uma aproximação com a premissa de Katz e Mair (1995), em que se percebe a prevalência dos recursos públicos na composição das receitas partidárias, principalmente para os maiores partidos do sistema.

No caso no financiamento privado, há um desvio da proporcionalidade estabelecida pelos votos recebidos. Isto é, nem todos os partidos que receberam recursos expressivos do Fundo Partidário tiveram o mesmo desempenho na esfera privada, o que reforça a dependência dessas organizações partidárias aos recursos públicos.

1.3 Os Partidos Políticos e o Federalismo

O sistema Federal é uma forma de lidar com a organização política territorial do poder, na qual há um compartilhamento da soberania, mantendo-se a estrutura nacional. As condições que conformam esse cenário são: a existência da heterogeneidade que reparta a nação, de cunho territorial, étnico, linguístico, socioeconômico, cultural ou político. Desta maneira, acredita-se que os países federativos são assim instituídos para dar conta de uma ou mais heterogeneidades (ABRUCIO, 2005).

Sucintamente, a forma de distribuição de autoridade política nos países permite distinguir estados unitários e estados federativos. Em estados federativos, diferentes níveis de governo têm autoridade sobre a mesma população e território. O governo central e os governos subnacionais são independentes entre si, são atores políticos autônomos, com poder para programar suas próprias políticas. Nas federações contemporâneas de tipo cooperativo, como o caso brasileiro, há formas de ação conjunta entre esferas de governo, e as unidades subnacionais mantêm significativa autonomia decisória e capacidade de autofinanciamento (ARRETCHE, 2004; ALMEIDA, 2007).

O federalismo fornece múltiplas arenas de tomada de decisão semiautônomas, para que possam responder a eleitorados regionalmente distintos, com particularidades nas circunscrições eleitorais que envolvem competição local, características do eleitorado, disponibilidade de recursos e a trajetória dos partidos. Embora seja verdade que as estruturas federais são apenas um conjunto de fatores que influenciam a tendência à competição

bipolar ou multipartidária, o argumento geral apresentado pelos autores é de que o federalismo, também pode estimular pressões contraditórias sobre os partidos, que tendem a minar a coesão interna dos partidos e obstruir o estabelecimento de organizações partidárias coerentes. Teoricamente, a vantagem do federalismo é que descentralizando a tomada de decisões, as tensões políticas são amenizadas, permitindo a coexistência de maiorias variadas (CHANDLER e CHANDLER, 1987).

Tabela 7: Estados Federativos e Estados Unitários.

Estados Federativos	Estados Unitários
- Governo dividido verticalmente, de tal modo que diferentes níveis de governo têm autoridade sobre a mesma população e território.	- Apenas o governo central tem autoridade política própria, deriva do voto popular direto.
- Governo central e governos locais são independentes entre si e soberanos em suas jurisdições (Princípio da soberania)	- A unidade do Estado está garantida pela concentração de autoridade política, fiscal e militar.
- A soberania dos governos locais também deriva do voto popular direto, da autonomia de suas bases fiscais.	- A autoridade política dos governos locais é derivada de uma delegação e em tese a autoridade política local é mais reduzida.

Fonte: Elaboração própria através dos textos de Arretche 2004; Almeida 2007.

As influências de forças regionais e de suas elites podem existir dentro de estados unitários, porém, em contraste com uma ordem federal, esses interesses particulares só são susceptíveis de conseguir representação como uma facção dentro de um partido maior ou, no máximo, com um aliado regional estável de um partido maior. Isto porque, a estrutura unitária do governo oferece pouca alternativa à representação direta, a influência deve ser procurada dentro de uma força política nacional. Os estados de forte tradição

unitária, muitas vezes, tentam reprimir sentimentos regionalistas e acabam por ter demandas separatistas e violência política¹². No entanto, é importante notar que os Estados de tradição unitária ao longo da última década se tornaram cada vez mais sensíveis às tendências descentralizadas e fizeram esforços significativos para regionalizar ou mesmo federalizar suas instituições políticas (CHANDLER e CHANDLER, 1987).

O vínculo entre federalismo e o conflito partidário encontra-se nos incentivos estruturais que um arranjo institucional cria para que as elites busquem controle político, no caso estudado aqui, os recursos financeiros. Contudo, segundo Chandler e Chandler (1987) a virtude do federalismo é que descentralizando a tomada de decisões, as tensões políticas são amenizadas, permitindo a coexistência de maiorias variadas.

De acordo com Carty (2004) estados maiores, mais ricos, com maiores vitórias subnacionais e conforme a sua trajetória específica podem possuir um nível de independência e poder que não é partilhado pelos órgãos que estejam em lugares menores ou que não sejam importantes para a estratégia da organização.

Em decorrência também desta estrutura federalista, os partidos no Brasil atuam simultaneamente em múltiplos níveis. Esta afirmação levanta algumas questões importantes, como por exemplo, como os partidos se organizam nesses diferentes níveis? Como decidem a fatia de recurso que cada partido estadual deve receber? Seria através de estratégias eleitorais, ou segundo as normas postas em seus estatutos? Quais as consequências dessas decisões?

Como já enunciado, existe uma tendência da descentralização política nas últimas décadas que torna essas questões ainda mais pertinentes de serem investigadas. O resultado dessa tendência de descentralização na Europa Ocidental e que já acontecia em estados Federais como Estados Unidos, Canadá e Brasil são de uma crescente importância do nível subnacional como uma arena de tomada de decisão política e de competição política (van HOUTEN, 2009).

¹² Por exemplo, Bélgica, Espanha, França e Itália, todos partilham de uma tradição centralista, que de tempos em tempos experimentam estes efeitos (Chandler & Chandler, 1987 p. 87).

Para van Houten (2009), os partidos designam certa autonomia para as seções estaduais, pois essas possuem a capacidade para compreender como maximizar os votos na região. Um fator que pode interferir na autonomia, diz respeito a posição do partido naquele nível, se o partido atua como governo ou oposição. Por exemplo, a vitória eleitoral no nível estadual, atrelada a um período de derrota no nível federal pode criar incentivo para os órgãos estaduais aumentarem sua autonomia, uma vez que eles possuiriam mais recursos e cargos.

De acordo com Thorlakson (2009) existem três indicadores que analisam como o partido reage aos benefícios e custos da organização multinível: a integração vertical, influência e autonomia. A integração vertical sugere a força dos vínculos da organização, além das estratégias formais e informais na relação entre a esfera nacional e as seções estaduais. Os partidos são considerados integrados se eles compartilham uma estrutura comum entre os níveis.

Quanto à integração vertical, ela pode ser dividida em três dimensões segundo Thorlakson (2011): as ligações organizacionais, os vínculos de cooperação e a divisão de recursos e serviços. Nesse sentido, tanto a repartição de recursos como os estatutos partidários proposto na pesquisa, são uma fonte de análise da integração, pois determinam as regras de formação, intervenção nesses níveis e suas práticas.

Importante também destacar que a descentralização dos órgãos nacionais aos órgãos estaduais não proporciona somente benefícios, mas também proporciona custos, derivados de três razões enumeradas por van Houten (2009): a informação oculta, a ação oculta e o conflito de interesses. O controle sobre esses custos nem sempre é feito, pois segundo o autor, são procedimentos caros e que trazem grandes impactos.

1.4 O Federalismo no Brasil e os partidos multiníveis

As principais estruturas partidárias¹³ brasileiras seriam do tipo *catch-all* (Mainwaring, 2001). Os partidos no Brasil teriam uma longa tradição que consistem em: uma estrutura federalizada, com liberdades às seções estaduais e locais na definição de suas respectivas linhas políticas e estratégias eleitorais. Mas ao mesmo tempo, as decisões nacionais mais importantes seriam concentradas no nível federal, garantindo assim, a não ruptura dessas organizações (Ribeiro, 2013).

Partindo do princípio apresentado, de que o sistema político e a formação administrativa do Brasil influenciam no modelo organizacional dos partidos brasileiros, esta seção tem o intuito de discutir as organizações partidárias no Brasil sob a perspectiva do federalismo e seu impacto nas organizações partidárias. Dessa maneira, os partidos políticos seriam fortemente influenciados pela estrutura organizacional do Estado, o que resultaria na formação dos partidos multiníveis¹⁴.

Todo sistema político em que as posições são eleitas em mais de um nível institucional é multinível. Isto significa que os partidos políticos competem em vários níveis em todo território e que os eleitores têm vários votos que lhe permitem escolher posições diferentes de governo, mediadas por diferentes tipos de regras eleitorais. Neste sistema político de vários níveis, os partidos podem apresentar candidatos para todos os cargos em todos os distritos em todos os níveis de concorrência e coordenar estratégias em todo o território. Os partidos devem responder a essa lógica em múltiplos níveis, tanto na organização interna como em suas estratégias competitivas (HOPKIN, 2003; THORLAKSON, 2009).

Como já dito anteriormente, o sistema político e a formação administrativa do Brasil influenciam no modelo organizacional dos partidos brasileiros. Os partidos brasileiros seguem a estrutura organizacional do

¹³ Com exceção parcial do PT

¹⁴ Significa que a estrutura do partido está presente em diversos níveis territoriais. No caso do Brasil, nacional, estadual e municipal.

Estado, resultando em partidos multiníveis. No Brasil os partidos são multiníveis, pois precisam se organizar nos níveis do sistema nacional, estadual e o municipal, para que seja possível a atuação nessas três esferas institucionais.

Algumas características do sistema político, eleitoral e partidário são fundamentais para compreender o contexto de estruturação dos partidos. Em primeiro lugar, de acordo com a Constituição, o Brasil tem um sistema presidencialista aliado ao federalismo cooperativo, no qual os níveis estadual e nacional estão entrelaçados. Já o sistema eleitoral, mescla características majoritárias nas eleições para o Executivo e o Senado, enquanto que para o legislativo é adotada a representação proporcional de lista aberta, causando um aumento no número de partidos. (RIBEIRO; FABRE, 2016).

De acordo com Souza (2005), o federalismo possui duas dimensões principais: o desenho constitucional e a divisão territorial de poder governamental. Contudo, é importante salientar novamente, que não existe apenas um modelo de federalismo. A literatura considera duas formas de divisão entre poderes legislativos e executivos são compartilhados ao longo dos níveis. A primeira é a do federalismo dual (ou competitivo), no qual o governo federal e o estadual possuem competência legislativa e executiva exclusiva em áreas separadas, esperando-se que os partidos em cada nível tenham uma área de atuação delimitada. O segundo é o federalismo cooperativo, no qual as esferas de governo cooperam na atuação. Neste caso, os partidos apresentam uma maior integração entre os níveis. (CHANDLER e CHANDLER, 1987; RIBEIRO; FABRE, 2016).

Retomando Souza (2005), o caso brasileiro é um sistema de três níveis (ou triplo federalismo), pois incorpora além dos estados também os municípios. Os constituintes de 1988 foram responsáveis pelo desenho do federalismo cooperativo. Contudo, na prática, o federalismo no Brasil tende a ser competitivo, pois não possui canais institucionais para intermediar os interesses e negociar os conflitos, tanto na relação nacional-estadual quanto entre os estados.

O Federalismo que temos hoje no Brasil foi o resultado da união entre forças descentralizadoras democráticas, com grupos regionais que se aproveitaram do enfraquecimento do governo federal em um contexto de esgotamento do modelo varguista e do Estado nacional-desenvolvimentista. De 1982 a 1994, vigorou-se um federalismo não-cooperativo e muitas vezes predatório (ABRUCIO, 1998).

Segundo a literatura, dos partidos escolhidos para essa pesquisa, o PT difere em sua organização inicial, com uma estrutura decisória inclusiva, articulação interna intensa, vínculos sólidos com a sociedade, vida partidária dinâmica e uma ação política nacionalmente centralizada (Meneguello, 1989). Em contrapartida, os outros partidos selecionados nesta pesquisa têm maior autonomia às seções subnacionais, dependência do Estado, concentração decisória e autonomização da cúpula do partido (Ribeiro 2013).

Segundo Fabre e Ribeiro (2016), o fundo partidário distribuído para a cúpula nacional contribui para a centralização dessas organizações. A capacidade dos partidos estaduais de obter recursos constitui uma dimensão central da capacidade de formular e implementar políticas e decisões de forma autônoma. Assim, a análise dos recursos públicos constitui um elemento relevante para o exame do grau de centralização dos partidos brasileiros que estão inseridos em uma federação.

Visando o debate até aqui, possuímos dados interessantes que podem se mostrar reveladores para compreender as questões colocadas na dissertação, sobre o funcionamento da relação interna dos partidos com o dinheiro e de como se dá a sustentação financeira da vida partidária por recursos públicos.

Seção 2. Trajetória das Organizações e seus Estatutos

Introdução

Desde a redemocratização do país um debate importante vem ocorrendo acerca das condições institucionais que dificultam o pleno “desenvolvimento” da democracia brasileira. Os argumentos elaborados sobre assunto dizem respeito, primordialmente, a respeito da combinação de presidencialismo com representação proporcional e lista aberta, que necessariamente, produziria ingovernabilidade. Já no que diz respeito aos partidos e sistema partidário, o diagnóstico é que esse tipo de arranjo institucional incentivaria a existência de partidos organizadamente frágeis (MAINWARING, 2001).

Nessa perspectiva apresentada, excluindo os partidos de esquerda, os demais apresentariam organizações nacionais muito fracas, prevalecendo o poder decisório nas instâncias estaduais. Segundo Mainwaring (2001, p.309), a irrelevância das organizações partidárias nacionais, tem como consequência partidos de tipo *cath-all* com bancadas ideologicamente heterogêneas e dirigentes nacionais com pouco poder sobre os parlamentares, resultando em baixa disciplina parlamentar.

Por outro lado, esta perspectiva poderia estar assentada em um escasso embasamento empírico, que tornou corrente a ideia de que os partidos brasileiros seriam debilmente organizados. E por isso, pouco se saberia sobre a dinâmica organizativa dos partidos brasileiros, o financiamento ou estrutura decisório interna dos partidos brasileiros (RIBEIRO, 2013).

Esse déficit empírico deriva, em parte, na dificuldade de obtenção de dados precisos e confiáveis sobre as organizações partidárias. Embora as prestações de conta dos diretórios sejam públicas há muitos anos, a facilidade e acesso as informações avançou lentamente, a respeito de maiores graus de eficiência, informatização e centralização de informações pelo Tribunal Superior Eleitoral (RIBEIRO, 2013). Nesse sentido, a análise de documentos partidários se coloca como estratégia para aumentar o conhecimento dos

partidos brasileiros. Para Panebianco (2005, p.87), estatutos e regimentos constituem “pálidos” vestígios do funcionamento real dos partidos.

A partir de uma introdução dos partidos e também da estrutura das regras formais sobre a distribuição de recursos, será realizada uma análise dos estatutos partidários. Esta seção da dissertação compara estruturas de distribuição de recursos dos cinco partidos estudados: PMDB, PSDB, PT, PFL/DEM e PP. Posteriormente, as regras formais serão contrapostas com os dados empíricos de prestação de contas destes partidos no período de 2007 até 2015.

2.1 DEM

O PFL surge como partido político através de um rompimento do sistema partidário, mais especificamente, com o deslocamento de um grupo expressivo de governadores preponderantemente do Nordeste e de um grupo parlamentar ligado anteriormente ao PSD e à base de sustentação do regime militar. Ou seja, o partido nasce por dentro do Estado, recolhendo fragmentos da base política do antigo sistema autoritário (HIPÓLITO, 1985).

O processo de criação do partido aproveitou os alicerces do PDS no regime militar e o poder dos políticos tradicionais do Nordeste. O PFL já surgiu contando com um quadro considerável de governadores, senadores e deputados federais que romperam com o PDS às vésperas do Colégio Eleitoral e só tiveram que enfrentar eleições um ano depois (TAROUCO, 1999). O partido se firmou no sistema político como um partido fundamentalmente parlamentar e de governo: o seu desempenho eleitoral é claramente maior no Congresso Nacional do que nos executivos estaduais e municipais, e sua participação no governo federal tem sido constante.

Sendo assim, o PFL é um partido proveniente do Estado, que alimenta grande parte de suas clientelas eleitorais, onde boa parte se encontra concentrada na Região Nordeste, além disso, com a distribuição de *benesses* estatais, isto é, mantendo relações de cunho clientelístico (CORBELINI, 2005).

Nessa perspectiva, o partido representaria um paradoxal exemplo de um partido político que articula características de arcaísmo e modernidade.

Em relação as suas regras internas formais, a reforma estatutária promovida pela liderança do PFL/DEM na Convenção Nacional de 1999 aumentou a concentração decisória da estrutura, diminuindo a representatividade da base, principalmente no meio da transferência de prerrogativas dos diretórios para as executivas, em todos os níveis partidários (TAROUCO, 2002). Segundo Ribeiro (2013, p. 239), dentre os partidos analisados, o PFL/DEM é o único que atribui às executivas todas as prerrogativas que não forem explicitamente reservadas aos diretórios: elas possuem uma delegação permanente dos diretórios para decidir¹⁵. Desta maneira, os presidentes das executivas podem, de maneira autocrática (sem aprovação colegiada), decretar resoluções, diretrizes e outros atos normativos para a sua jurisdição – autonomia que não existe nos demais partidos.

Em 2007, a refundação do partido¹⁶ foi acompanhada pela reestruturação de outra instância, aumentando mais ainda a autonomia decisória da cúpula da sigla: o Conselho Consultivo Nacional foi transformado em Conselho Político Nacional (CPN), passando de órgão de apoio a órgão de direção, com os mesmos status da executiva nacional¹⁷. Enquanto o antigo conselho possuía uma composição federalizada, a nova instância, mais enxuta, passou a privilegiar critérios de senioridade e proeminência política. A concentração da estrutura decisória do PFL/DEM foi acompanhada por um processo de reestruturação da composição da executiva e do diretório nacional. O estatuto de 2007 estendeu o privilégio aos ex-presidentes do Instituto Tancredo Neves e ao presidente do fórum de deputados estaduais¹⁸ (RIBEIRO, 2013).

Para o recorte ao qual a dissertação se propõe a analisar, o PFL/DEM teve um total de dois estatutos, um em 2003 e outro em 2007, de um estatuto para outro não houve nenhuma mudança na distribuição do Fundo Partidário.

¹⁵ Estatuto do PFL/DEM (1999, art.58).

¹⁶ Houve mudança de nome também do partido de PFL para DEM.

¹⁷ Nos estados e municípios continuaram existindo Conselhos Consultivos, órgãos apenas de apoio (RIBEIRO, 2011).

¹⁸ Estatuto do PFL/DEM (dezembro/2017, art.50)

O assunto pode ser encontrado no capítulo 2, intitulado “Da contabilidade”, no art. 108 do estatuto do partido.

Fica definido no art. 108 que os recursos oriundos do Fundo Partidário serão aplicados: I) na propaganda doutrinária e política; II) no alistamento e nas campanhas eleitorais; III) na manutenção das sedes, de equipamentos, dos serviços de qualquer natureza, e no pagamento de pessoal¹⁹; IV) na manutenção dos institutos de pesquisa, doutrinação e estudos políticos²⁰; V) na aquisição de equipamentos; e VI) em programas especiais aprovados pela Executiva Nacional;

Adentrando o último item do artigo, fica determinado que a Executiva Nacional, mediante Plano de Aplicação, poderá repassar às Estaduais e às Municipais, parte dos recursos do Fundo Partidário. Fora isso, o PFL/DEM não possui regras estabelecidas em estatuto de quanto deve ser passado aos seus Diretórios Estaduais e Municipais, deixando a cargo da Executiva Nacional a determinação do montante a ser repassado.

No período analisado, a média de distribuição de recursos do PFL/DEM para seus Diretórios Estaduais ficou em 30% ao ano. Os dados vão ao encontro com o que a literatura enuncia, de centralização partidária, ao menos no que diz respeito aos recursos financeiros que ficam na Cúpula Nacional em detrimento dos Diretórios Estaduais.

O repasse de recursos para regiões específicas tem implicações importantes para a organização interna do partido e por isto devem ser investigadas. A hipótese a ser testada na próxima seção da dissertação é se o êxito eleitoral está correlacionado com a grande distribuição de recursos nesses estados, explicando uma escolha racional e estratégica do partido para vencer eleições. Caso a hipótese não se confirme, outras variáveis podem ser testadas em trabalhos futuros para explicar este fenômeno, entre elas a força das lideranças regionais, por exemplo.

¹⁹ No máximo 20% do total recebido.

²⁰ No mínimo 20% do total recebido.

2.2 PSDB

O PSDB surge em 1988 em uma cisão de parlamentares do PMDB²¹ que se consideravam a ala mais progressiva do partido. Devido a isso, o PSDB teve uma origem exclusivamente parlamentar tendo em sua composição inicial políticos bastante influentes no cenário nacional. Segundo a literatura, há três fatores motivadores da criação do PSDB. O primeiro fator ocorreu com as distinções parlamentares existentes na bancada do PMDB durante os trabalhos na Assembleia Nacional Constituinte em 1987, o segundo motivo teria sido o predomínio do grupo quercista no estado de São Paulo, que disputava posições de poder internas dentro do PMDB. O terceiro e último fator foi a candidatura de João Leiva para a prefeitura de São Paulo articulada no interior do PMDB paulista (ROMA, 2002).

Frequentemente afirma-se que o PSDB se deslocou ideologicamente do centro-esquerda para o centro-direita no espaço político nacional, isto porque, haveria um deslocamento do seu ideário social democrata para adotar um programa de governo neoliberal. Contudo, para Roma (2002) ao contrário do que se acredita a orientação pragmática liberal já estava claramente estabelecida desde a origem do partido.

Para o autor, o PSDB não é um caso desviante de partido que se auto intitula socialdemocrata e, ao mesmo tempo, apresenta um programa de governo de orientação liberal. Com a mudança da agenda política e a perda da influência da linguagem socialdemocrata, abandonaram os dogmas convencionais do *Welfare State* e incorporaram em seu ideário teses vinculadas ao liberalismo, como austeridade fiscal, privatização e desregulamentação da economia. (Roma 2002).

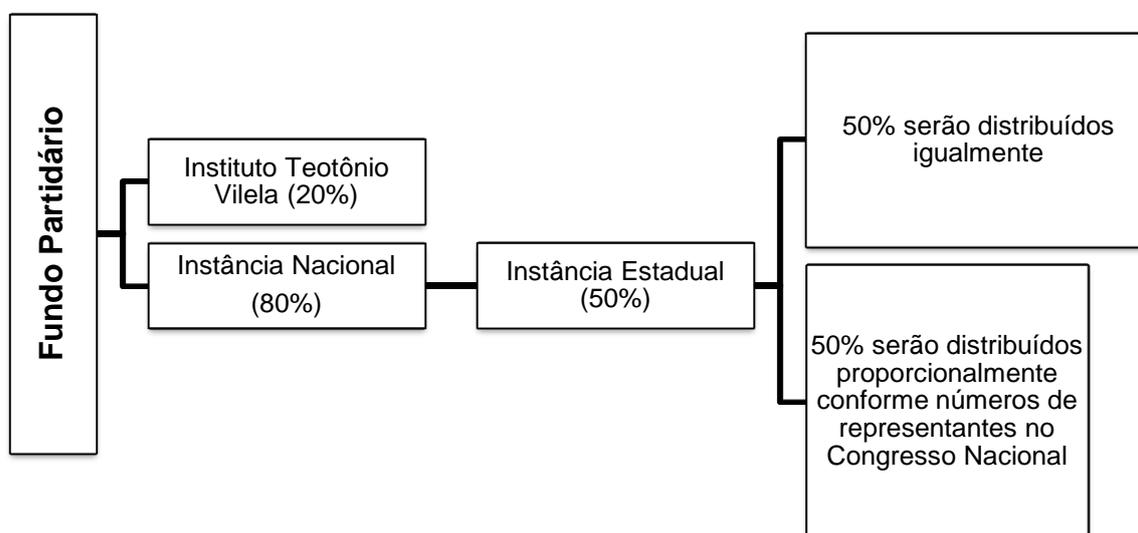
Segundo Roma (2002), a reforma estatutária pela liderança do PSDB em 1999 aumentou a autonomia decisória das seções subnacionais acerca das coligações e da participação em governos. No entanto, o estatuto garantiu ao diretório e executiva nacionais a faculdade de ditar regras para as coligações estaduais, enquanto as municipais deveriam ser normatizadas pelas instâncias estaduais. Para Ribeiro (2013), o PSDB tem sinalizado uma maior disposição

²¹ Partido do Movimento Democrático Brasileiro

de interferência sobre os rumos da legenda em estados e municípios, minorando a descentralização decisório da sigla.

Na figura abaixo foram esquematizadas as regras formais de distribuição interna do Fundo Partidário do PSDB, conforme os estatutos aprovados no ano de 2003, 2007, 2011, 2013 e 2015²².

Esquema 1: Distribuição interna do Fundo Partidário conforme o estatuto do PSDB



Fonte: Elaboração Própria conforme estatuto do partido

Quanto a distribuição interna do Fundo Partidário, consta no estatuto do PSDB a distribuição conforme prevista na Lei nº 9.096/95 de 20% dos seus recursos ao seu Instituto Teotônio Vilela para fins de pesquisa e doutrinação política. Subtraído esses 20% estipulados por lei, metade dos recursos são dirigidos aos Diretórios Estaduais e a outra metade permanece no Diretório Nacional do partido. Desses recursos que são distribuídos aos Diretórios

²² Os estatutos podem ser consultados no site do TSE: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/partidos-registrados-no-tse/partido-da-social-democracia-brasileira>

estaduais metade são repassados igualmente e a outra metade é repassado conforme a proporção de representantes eleitos no Congresso nacional.

Se observamos apenas os estatutos do partido, suas regras formais apontam para uma descentralização na distribuição dos recursos para os diretórios estaduais, na próxima seção do capítulo o estatuto será contraposto às prestações de contas para averiguar se o partido de fato repassa metade de seus recursos aos níveis subnacionais.

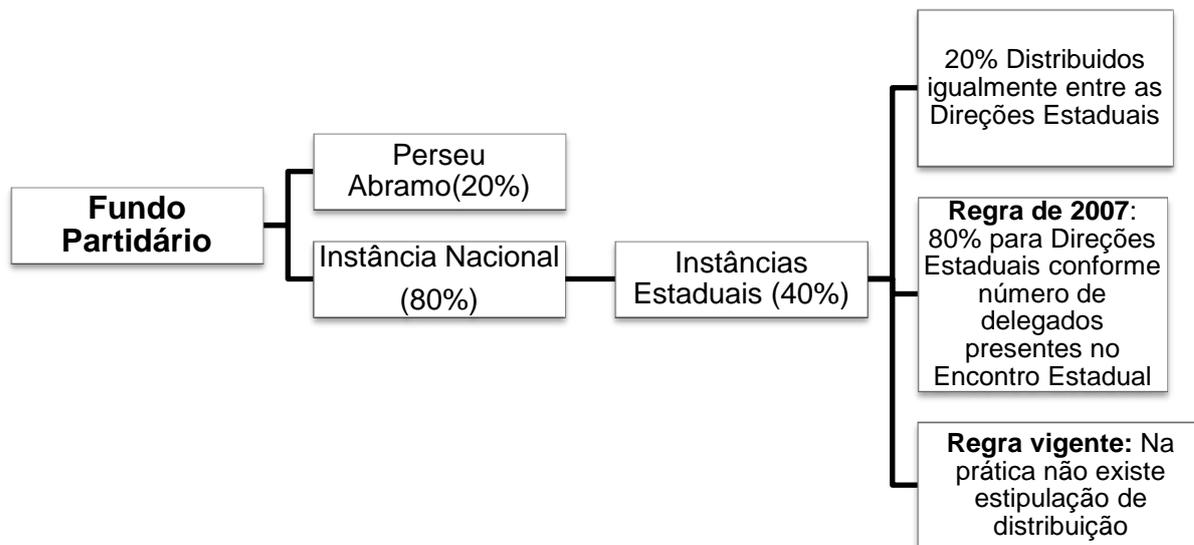
2.3- PT

O PT é resultado de uma ampla gama de atores da sociedade civil: sindicatos, movimentos sociais rurais e urbanos, organizações católicas, além da esquerda organizada. Para Ribeiro (2010) o elemento novo do partido consiste na fundação de um partido desvinculado dos aparelhos estatais, com o crescimento eleitoral ao longo de 25 anos, a militância petista obteve crescente acesso as esferas estatais, tanto executivas quanto legislativas.

A formação do PT remonta ao ano de 1978, mas sua constituição seria formalizada anos depois em 1980. Bastante diversas, as forças que se combinaram neste processo incluíram não apenas o sindicalismo combativo, a Igreja progressista, intelectuais e militantes de organizações de esquerda clandestinas então existentes, mas também parlamentares egressos do antigo Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Segundo Ribeiro (2013), o PT é o partido com maior centralização de recursos no sistema político brasileiro, isto é, os recursos que são recebidos do Fundo Partidário permanecem concentrados na Direção Nacional e pouco é repassado para os Diretórios Estaduais.

Esquema 2: Distribuição interna do Fundo Partidário no PT



Fonte: Elaboração Própria, segundo Estatuto do PT

No período analisado o PT teve três estatutos aprovados²³, com poucas alterações nas regras de distribuição. Como podemos observar no Esquema 2, referente a análise do Estatutos partidários do PT em 2007, o partido repassa os 20% obrigatoriamente ao seu Instituto de Pesquisa, conforme previsto na Lei. Do subtraído, concentra 60% dos recursos na Cúpula Nacional e repassa 40% para os Diretórios estaduais. Desse percentual repassado, o partido coloca como critérios: a) 20% Distribuídos igualmente entre os diretórios estaduais; b) 80% conforme delegados presentes no Encontro Estadual.

No Estatuto de 2013 e depois no de 2015 uma das regras de distribuição é alterada: os repasses entre as Instâncias obedecem princípios de cooperação, solidariedade, ajuda mútua e responsabilidade²⁴. Isto é, de 2013 em diante os 40% distribuídos pelo Diretório Nacional são repassados de forma não prevista por regras formais, à revelia da Cúpula Nacional, como acontece com PFL/DEM.

²³ Estatuto de 2007, 2013 e 2015: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/partidos-registrados-no-tse/partido-dos-trabalhadores>

²⁴ Ver art. 189 do Estatuto do PT em 2013 e 2015

2.4 PMDB

Segundo Kinzo (1998), o PMDB foi fundado para abrigar as elites políticas que se opunham ao governo militar, sendo ele o partido mais antigo em atividade no país. Sua criação data 1966, posteriormente para adaptar-se à nova alteração da legislação partidária em 1979 o então MDB foi refundado sob a sigla do PMDB, Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

A unificação sob a mesma legenda de ex-trabalhista, ex-pessedistas, comunistas e outros opositores da ditadura militar conferiram ao MDB uma unidade precária, construída sobre a vontade e necessidade do reestabelecimento do movimento democrático. Além disso, o processo de formação forçado pela atuação do governo central, fez do partido uma organização fortemente vinculada à política parlamentar (KINZO, 1988).

O controle dos poderes executivos nacional, estadual e municipal nas capitais do país e o enfraquecimento do congresso sob a legislação e o autoritarismo vigente na época, fizeram com que as prefeituras de grandes municípios do interior assumissem a condição de espaços decisivos de poder para atuação oposicionista (KERBAUY, 2000). O MDB passou a concentrar seus esforços nos municípios, em decorrência dos recursos políticos que poderiam mobilizar com a máquina pública, e a partir dessas localidades, fazer emergir novas lideranças para a organização (BIZARRO, 2013).

Também em razão disso, o PMDB assumiu caráter localista, incentivando o estabelecimento e fortalecimento de suas bases locais, garantindo elevada autonomia para os órgãos partidários municipais e suas lideranças fazendo uma ponte estratégica entre seus interesses, os interesses das elites estaduais e nacionais (MELHEM, 1998). O partido, de maneira geral, enfatizou sua participação eleitoral como modo primordial de atuação da oposição política. Conseqüentemente, não apenas o partido foi bem-sucedido em pressionar o regime por meio das eleições como moldou a organização para atuação eleitoral (BIZARRO, 2013).

Na medida em que se reestabelecem as liberdades democráticas e condições de competição política as vitórias do PMD sofreram relativo impacto da fragmentação do sistema. Por outro lado, o partido passou a atrair políticos antes aliados a ditadura, que passaram a migrar para o partido de oposição quando este assumiu um protagonismo na transição democrática (KINZO, 1988). Isso conferiu ao partido uma faceta mais conservadora, que seria decisiva para as disputas da organização na Assembleia Nacional Constituinte e que contribuiu para o aumento de lideranças conservadoras no partido (MELHEM, 1998).

Desta forma, a heterogeneidade interna do PMDB, as disputas entre suas lideranças estaduais e a crise de identidade do partido, são traços marcantes nas interpretações recorrentes no período contemporâneo quando se fala em PMDB (KINZO, 1993; FERREIRA, 2002). Em grande medida, esse elemento somado ao fracasso do governo Sarney, foram responsáveis pelo insucesso das candidaturas presidenciais no período democrático que se seguiu (FERREIRA, 2002).

Após várias perdas nas eleições nacionais, inclusive para o PSDB em 1994, o PMDB não sabia se era de governo ou de oposição e, apesar de aceitar fazer parte da coalizão governista, os parlamentares não aceitavam e não votavam de acordo com as recomendações da Cúpula Nacional. Confirmando a incapacidade de a elite controlar de forma efetiva a organização, “em última análise, havia um vazio de lideranças nacionais capazes de arregimentar o partido nacionalmente e, em contrapartida, uma inflação de lideranças regionais” (FERREIRA, 2002, p.158).

Apesar dessas questões, o partido sempre teve um grande desempenho eleitoral para a Câmara dos Deputados e para o Senado, sendo um ator essencial para formação de coalizão. Esse surgimento do partido é necessário para compreender a organização interna e as formas como suas forças políticas agem. Resumidamente, a literatura aponta que o PMDB é um partido de organização localista, em que as lideranças locais e regionais gozam de elevada autonomia, com destacado papel na atuação parlamentar e difusa identidade partidária.

Dentre os partidos analisados o PMDB é apontado como o partido que menos alterou sua estrutura, o estatuto peemedebista de 1993 ampliou a autonomia organizativa e por outro lado, institucionalizou a descentralização de cunho federalista ao ampliar e adotar critérios regionais na composição do Diretório Nacional (FERREIRA, 2002; RIBEIRO, 2013).

Segundo as regras formais dispostas no estatuto de 2013 do partido no capítulo II “Da contabilidade”, art. 107 encontramos: I) 20% do total a Fundação Ulysses Guimarães Nacional; II) 15% do total ao Diretório Nacional; III) 60% do total aos Diretórios Estaduais que mantenham organizados 1/3, no mínimo, de Diretórios Municipais que representam 30% do eleitorado do Estado, distribuídos na forma seguinte: a) 30% igualmente entre todos; b) 30% proporcional ao número de eleitores inscritos no Estado em 31 de dezembro do ano anterior ao de competência orçamentária; c) 20% proporcional ao número de representantes eleitos para a Câmara dos Deputados na última eleição realizada anterior ao ano de competência; d) 20% proporcional ao número de representantes eleitos para a Assembleia Legislativa na última eleição realizada anterior ao ano de competência.

Segundo Braga e Bourdoukan (2009), essa estratégia mais descentralizada de distribuição do fundo partidário poderia ser um bom indicador da vitalidade dos grupos políticos estaduais em detrimento das lideranças nacionais nas decisões intrapartidárias.

Um aspecto que chama atenção na distribuição de recursos do PMDB: está no estatuto partidário, a distribuição é influenciada pelo número do eleitorado, pelo número de representantes eleitos na Câmara dos deputados e o restante distribuído igualmente entre os diretórios estaduais. Este primeiro fator, por se tratar de variáveis de estratégia eleitoral serão testadas na próxima seção.

2.5 PP

O partido surge em 1993 com o nome de PPB, resultado da fusão do PTR (Partido Trabalhista Renovador) com o PST (Partido Social Trabalhista), dois partidos que formaram a coligação que elegeu o presidente Fernando Collor de Mello em 1989. No mesmo ano sua bancada no Congresso era de 37 deputados e 4 senadores, o que levou o partido a conseguir a pasta da saúde no governo Itamar Franco (KINZO, 1993).

Anos mais tarde, em resposta ao fracasso nas urnas, em reunião de abril de 2003, a Convenção Nacional resolve alterar novamente o nome do partido, agora para Partido Progressista (PP), na tentativa de reverter o desgaste que a sigla vinha sofrendo ao longo dos últimos anos. Paulo Maluf é afastado da presidência do partido. Com a mudança, o novo partido pretendia reverter a deterioração sofrida pela sigla e também desvinculá-la do nome de Paulo Maluf (ALMEIDA, 2004).

No período estudado de 2007 até 2015, o PP teve dois estatutos vigentes, um em 2005 e outro em 2011. O estatuto de 2011 faz referência as contas de os diretórios estaduais serem compostas pelo Fundo Partidário e outras fontes, no entanto não deixa claro nenhuma regra de distribuição aos diretórios estaduais ou retenção dos recursos no Diretório Nacional.

Os recursos do Fundo Partidário e sua distribuição estão dispostos no estatuto de 2011 do partido os critérios são os seguintes: I) 20% do total recebido, à Fundação Milton Campos; II) 40% ao diretório nacional; III) 40% aos diretórios estaduais, sendo: a) 10% igualmente a todos os diretórios estaduais; b) 15% aos diretórios estaduais que comprovarem a constituição, até 31 de dezembro de cada ano de, no mínimo 1/5 de diretórios municipais, somando 30% da população; c) 15% proporcionalmente ao número de eleitores da população.

Podemos perceber, que assim como o PMDB o PP adota como princípio de distribuição requisitos que beneficiam a estratégia eleitoral, tais como o número eleitores de cada estado e também os estados com diretórios minimamente estruturados, segundo os seus critérios.

O estatuto do PP no requisito de distribuição de recursos prevê 40% para o diretório nacional, se assemelhando nas regras formais ao PSDB, o segundo partido mais descentralizado nessa temática de política financeira.

Considerações

Dentre os partidos analisados, com exceção do PMDB e do PSDB, podemos dizer que as regras formais sobre distribuição de recursos dispostas em estatutos apontam para organizações altamente centralizadoras em relação a distribuição de recursos financeiros. Contudo, cabe aos dados empíricos revelar se há fatores informais e desconhecidos que impactam na distribuição de recursos intrapartidários.

Como ressalta Lima Jr. (1999), são poucos os estudos sobre partidos políticos voltados para a organização partidária e a forma como ela se estrutura para garantir sua sobrevivência ao longo do tempo. Segundo Lima Jr. (1999), “há uma tendência para uma avaliação dos partidos, dentro e fora do ambiente acadêmico, eminentemente negativa, que os considera ‘sem raízes’, desprovidos de conteúdo programático, partidos de aluguel. A avaliação pode até ser correta, mas falta-nos base empírica –sobretudo comparações internacionais- para subsidiar tais juízos de valor. São estudos sobre recrutamento, organização, ideologia e filiação, para citar uns poucos temas, que poderão, juntamente com as comparações intra e internacionais, permitir que efetuemos generalizações sobre a natureza de nossos sistemas partidários e seus processos de mudança”. (p.39)

Nesse sentido, empreender um exame sobre a distribuição de recursos públicos nos partidos brasileiros tem o intuito de contribuir para o conhecimento sobre as organizações partidárias e alguns aspectos de seus processos internos, que muitas vezes são julgados como processos aleatórios por seu desconhecimento

Seção 3. Análise dos dados

Introdução

Nesta seção será apresentada a análise dos dados em dois níveis: O primeiro nível corresponde a uma comparação entre as organizações partidárias brasileiras de como são distribuídos os recursos do Fundo Partidário na cúpula nacional em relação a descentralização ou centralização do dinheiro público recebido. E no segundo nível de análise, um estudo vertical de quais estados recebem mais recursos da cúpula nacional e quais são os determinantes para que isso ocorra.

Tendo em vista que na seção anterior foram descritos os partidos políticos sob a perspectiva de seus estatutos no que diz respeito às normas distribuição de recursos intrapartidários provenientes do Fundo Partidário, cabe agora nesta seção a análise das prestações de contas dos partidos de 2007 até 2015.

A partir da seção anterior que esclarece as regras formais que norteiam a distribuição de recursos dispostas nos estatutos, nessa seção buscaremos analisar através dos dados de prestação de contas se as regras de distribuição dos estatutos são seguidas pelos partidos políticos.

Para o segundo nível de análise, além de retomarmos alguns resultados da análise dos estatutos faremos uma análise das correlações significativas que encontramos entre a variável dependente e independente²⁵, levando em consideração também os períodos em que as variáveis não mostraram correlação entre si. Esperando confirmar ou não a hipótese de que êxito eleitoral em nível estadual impacta na distribuição de recursos públicos para os Diretórios Estaduais.

²⁵ Variável dependente e variável independente (Neste caso, a variável dependente é a distribuição de recursos intrapartidário e a variável independente o êxito eleitoral de cada diretório estadual).

3.1 Centralização de recursos no Diretório Nacional

No caso brasileiro, o poder público assume uma parcela do custeio direto do sistema partidário-eleitoral, através do Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos (ou Fundo Partidário), cujos repasses aos partidos se dão em cotas trimestrais. Os objetivos do Fundo Partidário aumentaram ao longo de sua criação, dentre eles estão o custeio da propaganda política e doutrinária, de formação e renovação de quadros e líderes políticos e da sustentação das organizações partidárias como um todo (CAMPOS, 2011)

Contudo, o modelo de distribuição é questionado em função do seu caráter concentrador sobre as grandes organizações partidárias. Ele não fortalece os pequenos partidos numa política de nacionalização. O que se percebe é uma tendência à concentração dos recursos nos partidos com maior representatividade na Câmara dos Deputados, em que pese a distribuição proporcional dos recursos (SPECK, 2005; CAMPOS, 2011).

Tabela 8: Percentual de Distribuição do Fundo Partidário (2007-2015)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Média
PT	14	9	15	15	16	15	16	16	13	14
PMDB	13	8	14	14	13	13	12	11	11	12
PSDB	13	8	14	13	12	11	11	11	11	11
PFL/DEM	10	6	11	11	8	7	5	5	4	7
PP	7	4	7	7	7	7	5	7	7	6

Fonte: Elaboração própria

Um dos argumentos a favor do financiamento público é o controle da competitividade eleitoral, isto é, controlar a desigualdade na competição eleitoral que o financiamento privado conduz para os candidatos que recebem grandes doações. Nesse sentido, o financiamento público nivelaria as regras do jogo eleitoral e garantiria condições mínimas de equidade em relação as competências político-eleitorais dos partidos (CAMPOS, 2011).

Na tabela acima fica nítido a concentração de recursos do Fundo Partidário nos partidos que tem maior representação na Câmara dos Deputados. Desta maneira, os partidos necessitam eleger o maior número possível de representantes para também sobreviver na arena eleitoral e organizacional. E além disso, necessitam de recursos para a manutenção de suas atividades políticas dadas as necessidades de funcionamento da estrutura partidária (PINTO-DUSCHISKY, 2002).

Pensando nisso, a hipótese de que os partidos políticos distribuem seus recursos conforme o êxito eleitoral dos estados, isto é, conforme o número de deputados estaduais, federais e senadores eleitos faz sentido, uma vez que recebem mais recursos os partidos que elegem mais candidatos. Ou também o contrário pode ser verdadeiro, elege mais candidatos quem possui mais recursos.

Nesse contexto, além da disputa pelos votos dos eleitores, os partidos e seus candidatos se veem em uma competição por recursos financeiros, para conseguir sanar gastos necessários em uma campanha eleitoral, ou mesmo na sobrevivência organizacional. Pensando nessa estratégia organizacional, o primeiro nível de análise da dissertação pretende mostrar como é a distribuição do Fundo Partidário, quais partidos concentram mais recursos em seu Diretório Nacional e quais repassam mais, comparando os dados empíricos com os estatutos.

Tabela 9: Percentual de Subsídios Públicos distribuídos aos diretórios estaduais dos partidos que recebem mais recursos do Fundo Partidário

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Média
PT	13	21	15	19	21	21	24	23	24	20
PMDB	56	50	57	62	60	47	44	45	57	53
PSDB	29	31	31	24	34	28	33	34	30	30
PP	30	34	34	39	37	43	32	41	23	35
DEM	33	30	28	28	31	33	23	24	20	30

Fonte: FABRE; RIBEIRO, 2016.

Relembrando os estatutos, o estatuto do PT aponta o repasse de 40% dos recursos, no entanto a média de distribuição do partido é de apenas 20%. O estatuto do PSDB indica repasse de metade dos recursos aos diretórios estaduais, mas a média fica em 30% de distribuição, descaracterizando o partido como descentralizado nesse quesito.

Já o PMDB tem estipulado em regras formais 60% de distribuição dos recursos oriundos do Fundo Partidário, mas sua média fica em 53% de distribuição, bem próximo do indicado no estatuto. O PP também fica próximo ao estipulado no estatuto, o estatuto indica 40% de distribuição aos diretórios estaduais e o partido têm média de 35%. Já o PFL/DEM não deixa especificado em seu estatuto a quantidade de recursos a ser distribuído aos diretórios estaduais, contudo sua média fica igual à do PSDB de 30%.

Retomando a seção anterior dos estatutos, o PT é o partido que mais concentra recursos do Fundo partidário no diretório Nacional, o que evidencia alto grau de centralização do partido no que diz respeito à política financeira. Enquanto o PMDB distribui mais da metade de seus recursos para os seus diretórios estaduais apontando alto grau de descentralização do partido. Já o

PP, DEM e PSDB ficam na média de 30% a 35% de distribuição, um meio termo entre o partido mais centralizado e o mais descentralizado quanto a recursos financeiros.

Segundo Fabre e Ribeiro (2016), o Fundo Partidário distribuído diretamente aos Diretórios Nacionais contribui para a centralização dessas organizações. A capacidade dos partidos estaduais de obter recursos constitui uma dimensão central da capacidade de sobrevivência e de formular e implementar políticas e decisões de forma autônoma.

3.2 Correlação entre distribuição de recursos e êxito eleitoral em nível estadual

Nesta subseção, apresentaremos o segundo nível de análise da dissertação com a correlação da variável dependente (porcentagem de distribuição anual do Fundo Partidário aos diretórios estaduais) com a variável independente de êxito eleitoral em nível estadual. A variável independente foi dividida e testada em algumas categorias, sendo elas: a) porcentagem de votos a candidatos a governadores da legenda, eleitos e não eleitos; b) porcentagem de votos a candidatos a senadores, eleitos ou não eleitos; c) porcentagem de votos a candidatos a deputados federais da legenda, somente os eleitos; d) porcentagem de votos a candidatos a deputados estaduais, somente os eleitos.

Os dados de distribuição intrapartidários são anuais, enquanto os dados de porcentagem de votos da nossa variável independente são quadrienais. Os dados da variável dependente de distribuição são correlacionados da seguinte maneira:

Tabela 10: Operacionalização da correlação das variáveis

Eleição de 2006	Eleição de 2010	Eleição de 2014
Correlação com Distribuição de recursos em: 2007, 2008, 2009	Correlação com Distribuição de recursos em: 2010, 2011, 2012, 2013	Correlação com Distribuição de recursos em: 2014 e 2015

Fonte: Elaboração própria

Além dos dados de correlação entre distribuição de recursos e êxito eleitoral que corresponde a hipótese da dissertação, essa seção também classificará os partidos em categorias conforme a sua distribuição interna de recursos.

3.2.1 Análise dos dados do PT

Como dito anteriormente, o PT é o partido que concentra mais recursos no Diretório Nacional dentre as organizações estudadas, dito isso, apresentaremos dados de correlação entre a distribuição de recursos entre os diretórios estaduais e o êxito eleitoral dos respectivos diretórios.

Tabela 11: Correlação entre distribuição de recursos e êxito eleitoral – Média dos Diretórios Estaduais do PT

PT	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Média
Governador	0,16	0,11	-0,06	0,00	0,05	0,16	0,19	0,33	0,33*	0,15
Senador	-0,21	-0,26	-0,26	-0,25	-0,11	-0,02	0,05	-0,14	-0,23	-0,16
Deputado Federal	-0,42	-0,29	0,14	-0,19	-0,24	-0,25	-0,16	-0,29	-0,17	-0,20
Deputado Estadual	0,52**	0,43*	0,32*	0,20	0,25	0,32	0,37	0,39	0,27	0,34

Fonte: Elaboração Própria

*. A correlação é significativa no nível 0,05 (bilateral)

** . A Correlação é significativa no nível 0,01 (bilateral)

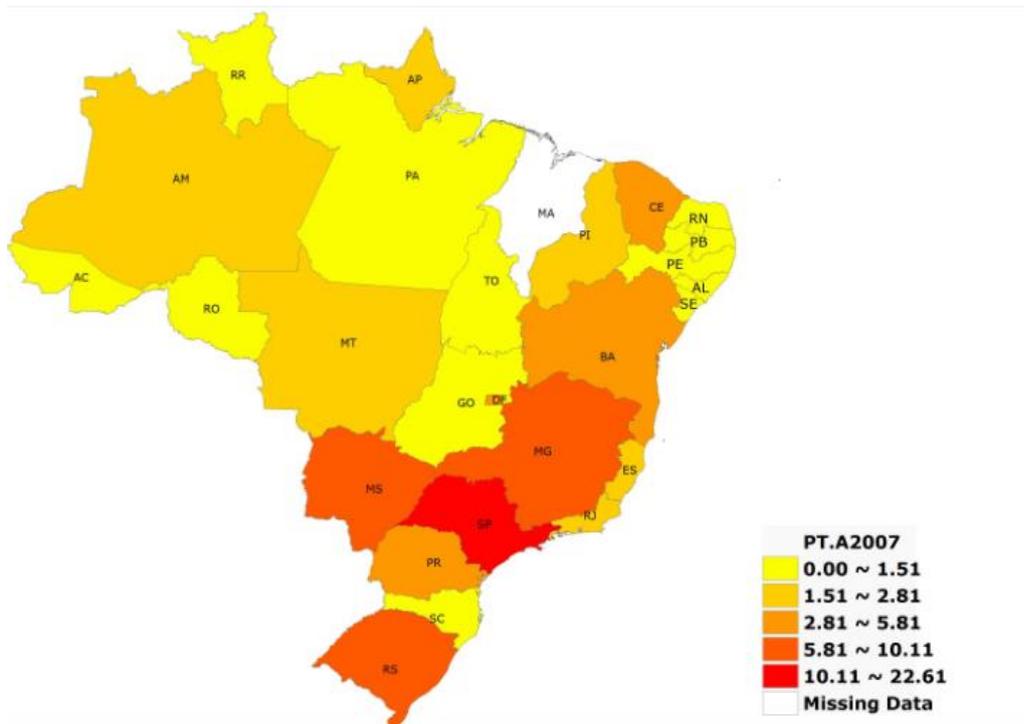
Conforme a tabela acima, o Partido dos Trabalhadores apresenta relação de significância entre as variáveis testadas no ano de 2007, 2008 e

2009 apenas para deputado estadual, com exceção de 2015 com candidatos a governador. Podemos dizer baseado nos dados, que a partir das eleições de 2006 o PT distribuiu seus recursos aos seus diretórios estaduais conforme proporção de deputados estaduais eleitos em cada diretório.

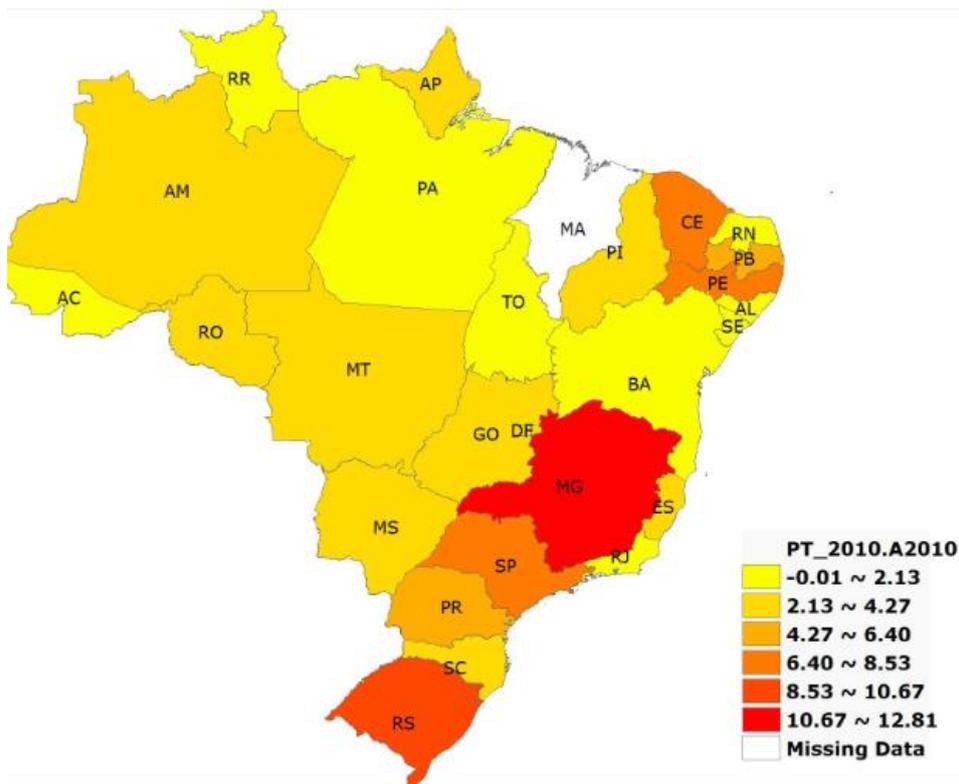
O estatuto do partido de 2007 que é referente ao período citado, estipula que a distribuição de recursos internos deve ser conforme número de delegados presentes de cada diretório estadual em Encontro Estadual, no entanto, os recursos do Fundo Partidário são repassados pelo Diretório Nacional conforme proporção de deputados estaduais eleitos no Congresso Nacional, como indica os dados.

Outro dado interessante a ser notado, é que a correlação entre distribuição de recursos e deputados federais é a mais fraca para o partido, seguida de Senador. Isso pode ser indicativo de estratégia eleitoral que prioriza o fortalecimento de diretórios estaduais que elegem mais deputados estaduais para a legenda.

Mapa 1: Distribuição de recursos por diretório estadual PT – 2007



Fonte: Elaboração própria

Mapa 2: Distribuição de recursos por diretório estadual PT – 2010

Fonte: Elaboração Própria

Para efeitos visuais, o Mapa 1 apresenta a distribuição de recursos oriundos do Fundo Partidário para cada Diretório Estadual em 2007. Há uma concentração de recursos nos diretórios estaduais de São Paulo, Minas Gerais, Mato grosso do Sul e Rio Grande Sul. Como já demonstrado nas correlações de variáveis, este período a distribuição pode ser explicado como uma estratégia de privilegiar os diretórios estaduais que mais elegeram deputados estaduais.

Já o Mapa 2 apresenta distribuição de recursos no ano de 2010, neste período há uma concentração de recursos que privilegia diretórios estaduais de Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul, Ceará e Pernambuco. No entanto, este período e este arranjo de distribuição de recursos não pode ser explicado satisfatoriamente pela variável do êxito eleitoral.

3.2.2 Análise dos dados do PMDB

Dando continuidade à análise, o PMDB é um caso à parte nos dados, pois é o único partido que não apresenta correlação de significância com a variável de êxito eleitoral em nenhum ano e em nenhuma categoria de candidato, embora o estatuto do partido determine recursos para Diretórios Estaduais que possuam êxito nas eleições proporcionais.

Tabela 12: Correlação entre distribuição de recursos e êxito eleitoral – Média dos Diretórios Estaduais do PMDB.

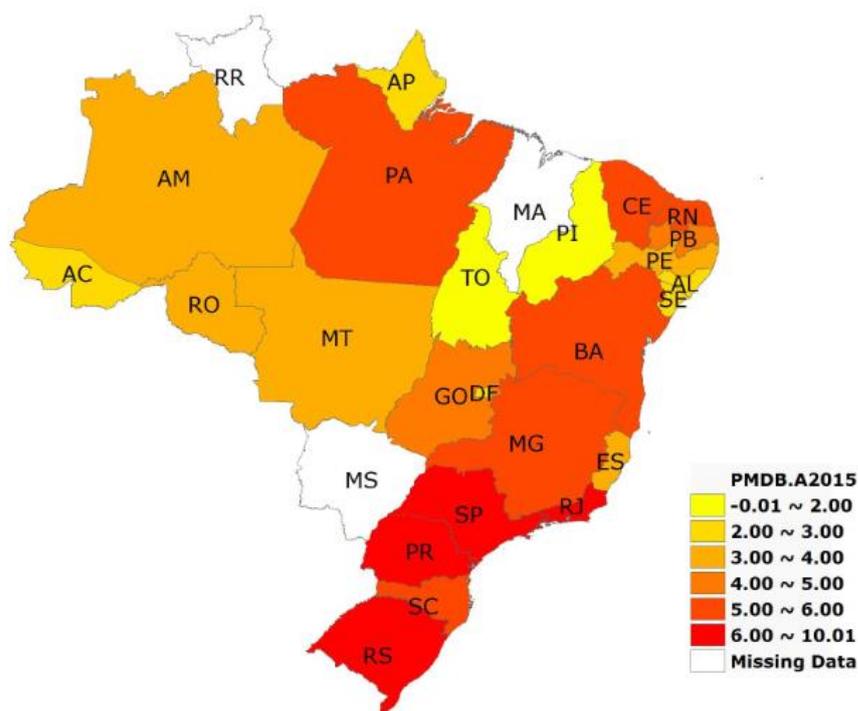
PMDB	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Média
Governador	-0,03	0,05	-1,0	0,11	0,18	0,20	0,20	0,03	0,03	-0,03
Senador	0,00	-0,26	-0,40	-0,21	-0,31	0,19	-0,11	-0,06	-0,05	-0,13
Deputado Federal	0,06	0,13	0,11	-0,18	-0,32	0,13	-0,04	-0,09	-0,07	-0,03
Deputado Estadual	0,15	0,17	0,11	0,07	-0,03	0,06	-0,07	0,05	0,01	0,05

Fonte: Elaboração Própria

Era de se esperar que o PMDB distribuisse seus recursos conforme êxito eleitoral nas eleições proporcionais, pois os partidos designam certa autonomia para as seções estaduais, pois essas possuem a capacidade para compreender como maximizar os votos na região. Um fator que pode interferir na autonomia e influencia, diz respeito a posição do partido naquele nível, se o partido atua como governo ou oposição, por exemplo, a vitória eleitoral no nível estadual, atrelada a um período de derrota no nível federal pode criar incentivo para os órgãos estaduais aumentarem sua autonomia, uma vez que eles possuiriam mais recursos e cargos.

O caso do PMDB pode ser um caso de autonomia elevada dos Diretórios Estaduais, em que o recurso público distribuído pela Direção Nacional não seja de tanta relevância para as estratégias estaduais, cabendo outras explicações, que não a hipótese sugerida.

Mapa 3: Distribuição de recursos por diretório estadual PMDB -2015



Fonte: Elaboração própria

Mesmo que a variável independente não tenha significância na distribuição de recursos do PMDB, uma explicação possível pode estar no estatuto do partido que distribui seus recursos de maneira mais detalhada: a) 30% igualmente entre todos; b) 30% proporcional ao número de eleitores inscritos no Estado em 31 de dezembro do ano anterior ao de competência orçamentária; c) 20% proporcional ao número de representantes eleitos para a Câmara dos Deputados na última eleição realizada anterior ao ano de competência; d) 20% proporcional ao número de representantes eleitos para a Assembleia Legislativa na última eleição realizada anterior ao ano de competência.

Como também pode reforçar a ideia de alta autonomia no nível estadual do partido, que não pode ser explicado por uma estratégia eleitoral *top-down*

de distribuição de seus recursos. Retomando Braga e Bourdoukan (2009), os autores alegam que a estratégia mais descentralizada de distribuição do fundo partidário poderia ser um bom indicador da vitalidade dos grupos políticos estaduais em detrimento das lideranças nacionais nas decisões intrapartidárias.

3.2.3 Análise dos dados do PSDB

O PSDB, conforme análise do estatuto e de prestação de contas partidárias, concentra mais recursos em seu Diretório Nacional do que o enunciado no estatuto. Distintamente do PMDB, o PSDB é o partido em que a variável independente mais demonstrou nível de significância entre os partidos analisados.

Tabela 13: Correlação entre distribuição de recursos e êxito eleitoral – Média dos Diretórios Estaduais do PSDB de 2007 a 2015.

PSDB	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Média
Governador	0,03	0,45*	0,05	-0,19	0,14	-0,23	-0,41	0,24	0,05	0,13
Senador	0,05	-0,14	0,38	-0,02	0,25	-0,04	0,29	0,17	0,17	0,12
Deputado Federal	0,13*	0,03	0,49**	0,06	0,23*	0,14	0,45*	-0,03	0,42*	0,21
Deputado Estadual	0,53**	0,18**	0,54**	0,13	0,27	0,14	0,53**	-0,04	0,10	0,27

*. A correlação é significativa no nível 0,05 (bilateral)

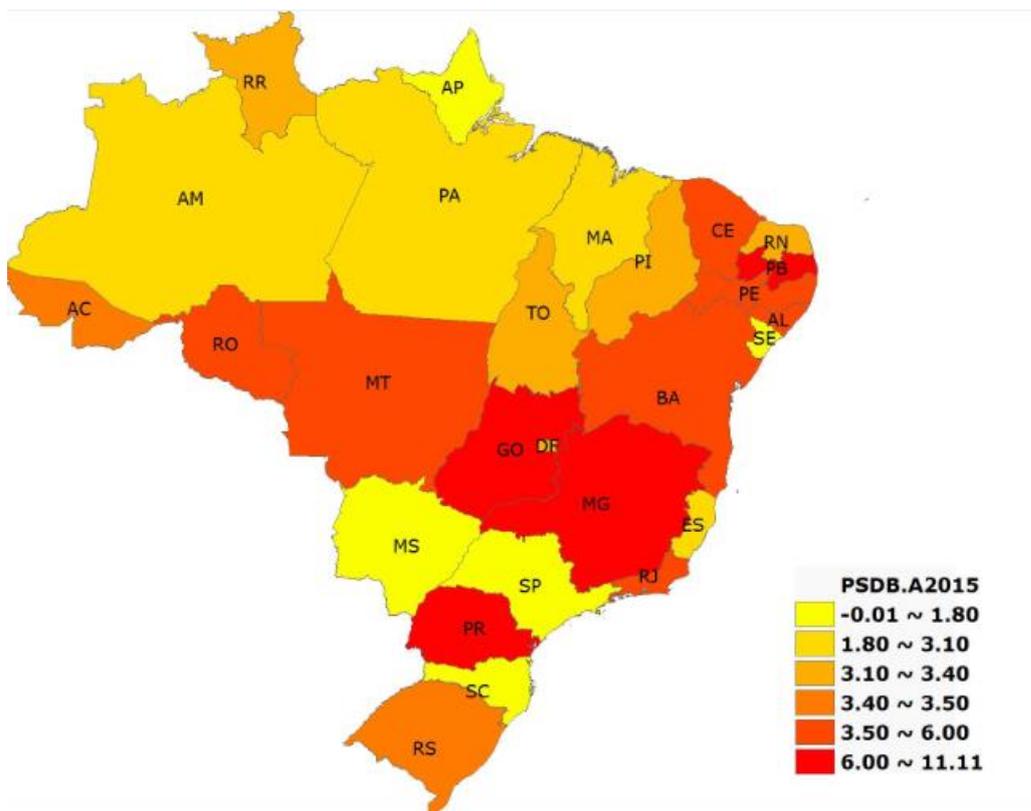
** . A Correlação é significativa no nível 0,01 (bilateral)

Como observado na tabela a cima, o partido apresenta bastante significância entre as variáveis testadas, dentre elas as distribuições dos recursos oriundos do Fundo Partidário podem ser impactadas pelo êxito

eleitoral dos Diretórios Estaduais tanto para deputados estaduais quanto para deputados federais.

Retomando o estatuto²⁶ do partido, fica estipulado que: 50% dos recursos serão distribuídos igualmente e que 50% serão distribuídos proporcionalmente conforme números de representantes no Congresso Nacional. A primeira parte do estatuto não é realizada, uma vez que o partido repassa apenas 30% dos recursos aos seus Diretórios Subnacionais. Quanto a distribuição conforme a proporcionalidade dos números de representantes no Congresso Nacional, os dados se mostram positivos para o cumprimento do estatuto no PSDB.

Mapa 4: Distribuição de recursos por diretório estadual PSDB -2015



Fonte: Elaboração Própria

²⁶ Os estatutos podem ser consultados no site do TSE: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/partidos-registrados-no-tse/partido-da-social-democracia-brasileira>

Podemos apontar, portanto, que o PSDB é um partido que concentra boa parte de seus recursos no Diretório Nacional (mais do que indica as regras formais dispostas nos estatutos) e que os dados de correlação confirmam a distribuição para os diretórios com mais representantes no Congresso Nacional e corroboram a hipótese da dissertação de êxito eleitoral.

3.2.4 Análise dos dados do DEM

Ao analisar o PFL/DEM, com número similar ao do PSDB de concentração de recursos no Diretório Nacional e apontando uma estrutura *top-down* de organização, podemos observar que a variável independente também se confirma em alguns aspectos.

Tabela 14: Correlação entre distribuição de recursos e êxito eleitoral – Média dos Diretórios Estaduais do PFL/DEM

PFL/DEM	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Média
Governador	0,17	-0,09	-0,05	0,62**	0,49*	0,20	0,05	0,32	0,44*	0,23
Senador	0,10	0,28	0,35	0,22	0,17	0,20	0,29	-0,19	0,06	0,23
Deputado Federal	0,08	-0,06	0,22	0,52*	0,42*	0,21	0,14	-0,04	-0,06	0,15
Deputado Estadual	0,33	0,04	0,37*	0,47	0,28	0,01	0,01	0,29	0,59**	0,32

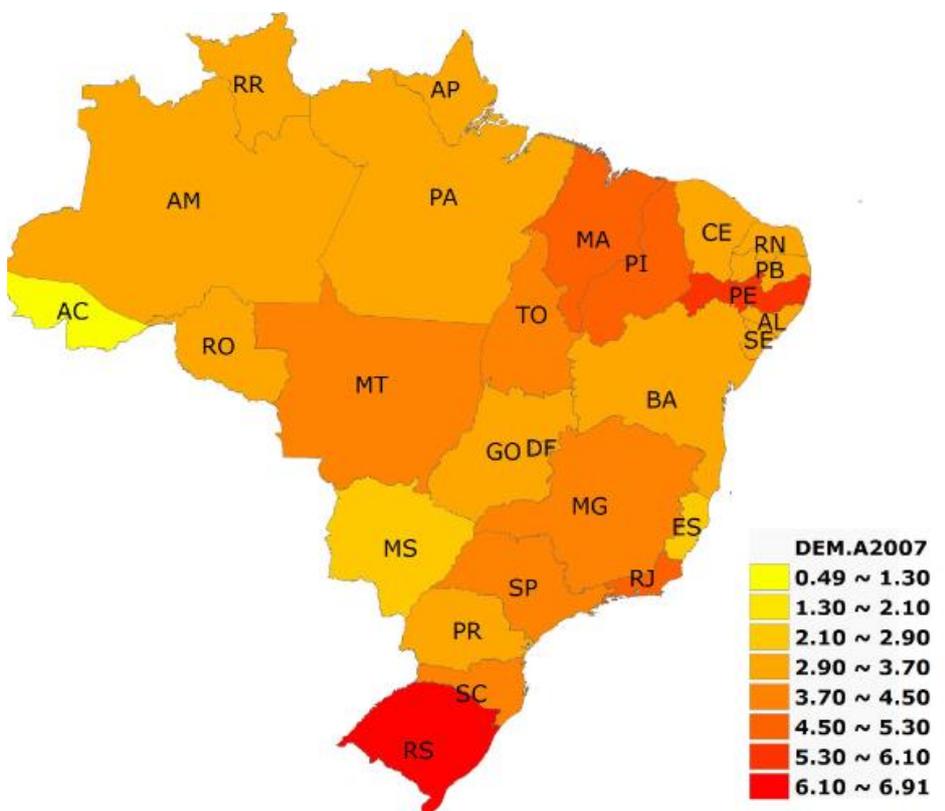
*. A correlação é significativa no nível 0,05 (bilateral)

** . A Correlação é significativa no nível 0,01 (bilateral)

Segundo o estatuto do partido, o PFL/DEM não possui regras estabelecidas em estatuto de quanto deve ser passado aos seus Diretórios Estaduais e Municipais, deixando a cargo da Executiva Nacional a determinação do montante a ser repassado. Dito isso, a tabela acima aponta que o PFL/DEM possui correlação de significância para Deputado Federal, Deputado Estadual e Governador, principalmente em períodos próximos as eleições.

A corroboração da hipótese de êxito eleitoral na distribuição do partido vai ao encontro da premissa de que o partido se firmou no sistema político como um partido fundamentalmente parlamentar e de governo: o seu desempenho eleitoral é claramente maior no Congresso Nacional do que nos executivos estaduais e municipais, e sua participação no governo federal tem sido constante.

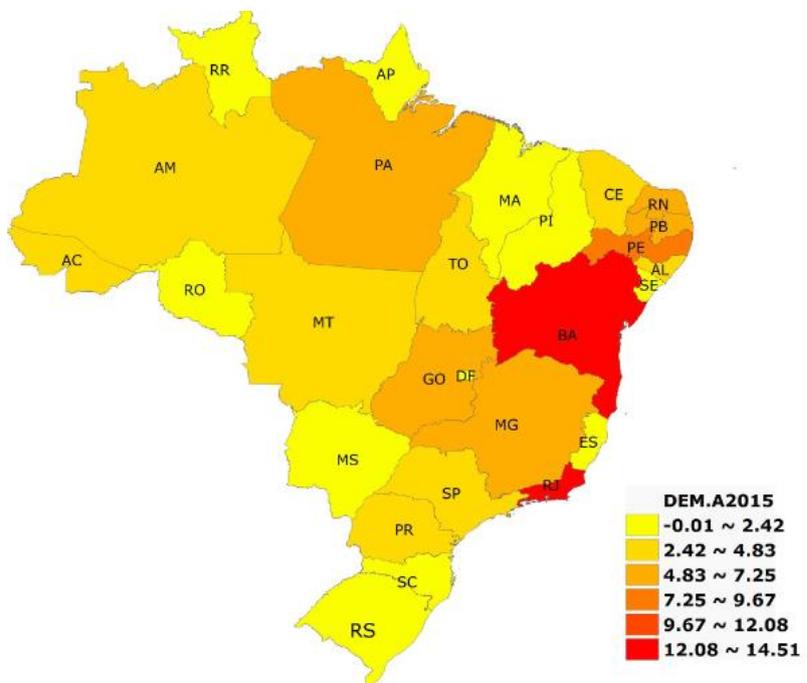
Mapa 5: Distribuição de recursos por diretório estadual PFL/DEM -2007



Fonte: Elaboração Própria

No ano de 2007, o partido distribuiu seus recursos privilegiando os diretórios estaduais principalmente do Rio Grande do Sul e Pernambuco.

Mapa 6: Distribuição de recursos por diretório estadual PFL/DEM -2015



Fonte: Elaboração Própria

A demonstração gráfica do PFL/DEM de distribuição de recursos no ano de 2007 e depois no ano de 2015 muda completamente. Devemos levar em consideração que 2007 foi o ano da reforma estatutária do partido e que desde então o partido vem sofrendo mudanças constantes para se manter no sistema partidário brasileiro de forma competitiva.

Embora não especificado no estatuto, o sucesso eleitoral de deputados federais, estaduais e governadores se mostrou um fator explicativo para a distribuição de recursos para os diretórios estaduais do PFL/DEM em alguns períodos, se mostrando como uma estratégia de recompensa ou de fortalecimento dos seus diretórios estaduais com repasse de recursos.

Para finalizar, o DEM possui uma média de apenas 35% de distribuição dos recursos do Fundo Partidário para os diretórios estaduais. E assim como os demais partidos, com exceção do PMDB, apresenta correlação de significância com a variável testada.

3.2.5 Análise dos dados do PP

O PP também concentra boa parte de seus recursos financeiros no Diretório Nacional e apresenta correlação entre distribuição de recursos e êxito eleitoral de seus diretórios estaduais.

Tabela 15: Correlação entre distribuição de recursos e êxito eleitoral – Média dos Diretórios Estaduais do PP.

PP	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Média
Governador	0,19	-0,14	-0,02	0,09	0,01	-0,20	-0,19	0,70**	0,27	0,08
Senador	0,61**	0,41*	0,57**	0,41*	0,48*	-0,17	0,11	-0,01	-0,03	0,21
Deputado Federal	0,27	0,08	0,35	0,11	0,26	-0,08	-0,06	0,41	0,79**	0,23
Deputado Estadual	0,25	-0,04	0,09	-0,02	0,15	-0,10	0,06	0,36	0,41	0,13

Fonte: Elaboração própria

*. A correlação é significativa no nível 0,05 (bilateral)

**.. A Correlação é significativa no nível 0,01 (bilateral)

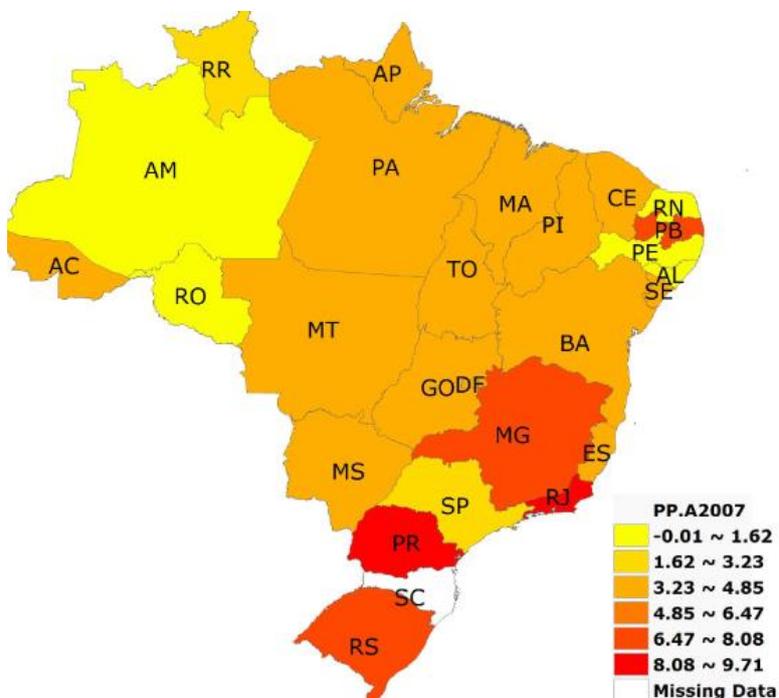
Distintamente dos outros partidos, o PP é o único partido que possui correlação significativa com o êxito eleitoral dos candidatos a Senadores no período das eleições de 2006 e o início de 2010-2011, após isso a variável deixa de ter significância para candidatos a senadores. A significância também

aparece isoladamente nas eleições de 2014 para Governador e em 2015 para Deputado Federal.

Os recursos do Fundo Partidário e sua distribuição estão dispostos no estatuto do partido e os critérios são os seguintes: a) 10% igualmente a todos os diretórios estaduais; b) 15% aos diretórios estaduais que comprovarem a constituição, até 31 de dezembro de cada ano de, no mínimo 1/5 de diretórios municipais, somando 30% da população; c) 15% proporcionalmente ao número de eleitores da população.

Desta maneira, o PP adota como princípio de distribuição requisitos que beneficiam a estratégia eleitoral, tais como o número de eleitores do estado e também os estados com diretórios minimamente organizados, segundo os seus critérios. Além de sustentar a hipótese da dissertação, os dados também reforçam a veracidade das regras dispostas no estatuto do partido.

Mapa 7: Distribuição de recursos por diretório estadual PP – 2007



Fonte: Elaboração Própria

A partir do mapa acima, podemos apontar que os estados que mais recebem recursos do Diretório Estadual em 2007 são Paraná, Rio de Janeiro, Paraíba e Minas Gerais. A representação escolhida foi a de 2007, uma vez que neste período o partido optou por privilegiar com maior distribuição os diretórios com maior êxito eleitoral com candidatos a senadores.

3.3 Categorização dos partidos

Nesta subseção os partidos serão classificados nas seguintes categorias: Centralizado Igualitário, Centralizado Desigualitário, Descentralizado Igualitário e Descentralizado Desigualitário. Como já demonstrado na tabela 9 dessa dissertação, o único partido descentralizado dentre os estudados é o PMDB.

Quanto a distribuição igualitária ou desigualitária dos recursos repassados aos diretórios estaduais serão analisadas conforme a proporção do número de eleitores de cada estado, como já mencionado na seção de procedimentos metodológicos.

Para averiguar se os recursos são distribuídos aos diretórios estaduais conforme a proporção do número de eleitores de cada diretório subnacional, foi realizado um teste de correlação simples entre a média percentual de distribuição de recursos de cada partido (de 2007-2015) e o percentual de eleitores em cada estado do país.

Tabela 15: Correlação entre distribuição de recursos e quantidade de eleitores por estado.

PMDB	PT	PSDB	PP	DEM
0,84	0,93	0,47	0,23	0,28

Fonte: Elaboração própria

O PMDB e o PT têm alto grau de correlação entre as variáveis testadas, portanto podem ser considerados como partidos igualitários, uma vez que, os dados indicam que ambos partidos distribuem seus recursos aos diretórios estaduais conforme a proporção de eleitores em que cada diretório estadual está situado. Enquanto o PSDB, PP e DEM podem ser considerados desigualitários, pela mesma lógica.

Tabela 16: Categorização dos partidos políticos conforme a distribuição de recursos.

Centralizado Igualitário	Centralizado Desigualitário	Descentralizado Igualitário	Descentralizado Desigualitário
PT	PSDB, PP e DEM	PMDB	

Fonte: Elaboração própria

Enquanto o estatuto do PSDB o aponta como um partido descentralizado em relação aos recursos financeiros, sugerindo o repasse de 50% aos Diretórios Estaduais, na realidade foi constatado que o partido distribui apenas 30%, concentrando o restante no Diretório Nacional. Desta forma o partido é classificado como um partido Centralizado Desigualitário, uma vez que o partido distribui esses 30% de forma desproporcional entre os seus diretórios subnacionais. Além disso, o PSDB confirma a hipótese da dissertação, uma vez que os dados sugerem que seus recursos são distribuídos aos Diretórios Estaduais segundo o critério de êxito eleitoral de candidatos para deputado estadual (2007, 2008, 2009 e 2013) e deputado federal (2007, 2009, 2011, 2013 e 2015).

Na categoria de Partido Centralizado Desigualitário temos também o DEM e PP. No caso do PFL/DEM, o partido não possui regras de distribuição

aos diretórios estaduais do repasse dos recursos financeiros. Já o PP, possui especificações em seu estatuto de como o dinheiro deve ser distribuído aos Diretórios Estaduais, contudo as regras formais não são seguidas. No caso, os três partidos repassam entre 20% e 35% dos recursos públicos contidos no Diretório Nacional, e os repasses aos Diretórios Estaduais são realizados de maneira desproporcional, criando redutos regionais onde algumas regiões recebem mais apoio (em forma de recursos) da esfera nacional do partido.

No PP a hipótese se releva positiva com distribuição de recursos aos diretórios estaduais que tiveram êxito eleitoral para candidatos a senador (2007, 2008, 2009, 2010 e 2011) e governador (2012, 2013 e 2014), já no PFL/DEM com candidatos a deputado federal (2010 e 2011), governador (2010, 2011, 2015) e deputado estadual (2009 e 2015).

O PT é classificado como um partido Centralizador Iguatário, uma vez que concentra mais do que qualquer outro partido analisado os recursos no Diretório Nacional, contudo distribui o restante proporcionalmente aos seus diretórios estaduais. No PT a hipótese da dissertação é validada quando o partido distribui seus recursos aos Diretórios Estaduais conforme o êxito eleitoral de candidatos a deputado estadual (2007, 2008, 2009) e governador (2015).

O PMDB foi classificado como Descentralizado Iguatário, visto que 53% dos seus recursos foram repassados aos Diretórios Estaduais de maneira proporcional entre as instâncias subnacionais. Ademais foi o único partido político dentre os estudados que não confirma a hipótese da dissertação, em nenhum período pesquisado o partido distribuiu seus recursos aos Diretórios Estaduais conforme seu êxito eleitoral para candidatos a deputado federal, deputado estadual, governador ou senadores.

A premissa de que a estratégia descentralizada de distribuição do Fundo Partidário do PMDB pode ser um indicador da vitalidade de grupos políticos estaduais em detrimento das lideranças nacionais (BRAGA; BOURDOUKAN, 2009), não é compatível com os dados, uma vez que os dados apontam que o PMDB distribui seus recursos conforme o número de eleitores de cada estado,

indicando, portanto, uma lógica de distribuição proporcional que não levaria em conta forças regionalistas.

Durante a exposição dos dados nesta seção, foram escolhidos alguns recortes para a exibição dos mapas e das tabelas, contudo nos anexos desta dissertação está contido o banco de dados para a replicação e atualização de dados por outros pesquisadores.

Considerações Finais

Os regimes democráticos federalistas presidencialistas, caracterizados pela distribuição territorial de poder e autoridade entre as esferas governamentais autônomas, possuem uma possibilidade de estrutura dual de oportunidades que incentiva os partidos políticos a se organizarem e atuarem com o objetivo de conquistar cargos eletivos. Desse modo, as estratégias de sobrevivência de qualquer partido passam por disputas políticas nos estados e municípios. Nesse sentido, os partidos precisam coordenar suas estratégias segundo sua própria sobrevivência no jogo político, estratégia de competição para o município, estado e União (BRAGA; BOURDOUKAN, 2009).

A combinação entre representação proporcional e federalismo, contribuiu para o aumento da fragmentação do sistema partidário no Brasil. Em relação ao parlamentarismo, o presidencialismo não confere somente aos eleitores, mas também aos líderes partidários um maior leque de escolhas. No presidencialismo as lideranças podem optar por participar da disputa do Governo Central (com candidato próprio ou coligando-se) ou restringindo sua participação a arena legislativa (SAMUELS, 2002).

Nesse sentido, a eleição presidencial pode possuir um custo alto, pois pode fazer com que o partido abra mão da participação legislativa, que pode ter impacto importante para a sobrevivência da organização partidária. Os partidos só lançariam candidatos ao avaliarem que possuem chances reais de vitória ou se estiverem fazendo suas apostas para o futuro, caso contrário, será melhor

aderir a uma coalizão e, ao mesmo tempo, concentrar seus recursos na esfera legislativa (MELO, 2010).

Em resumo, os partidos podem escolher entre priorizar as eleições presidenciais, como no caso do PT e do PSDB, eleições para governo estadual, ou as disputas proporcionais. As decisões tomadas em determinada arena é determinada pelas decisões tomadas em outra, de forma que é preciso perceber como cada ator se posiciona, qual é ao seu ver, a arena com maiores benefícios e a partir disso coordenar suas ações.

Contudo, os dados de distribuição de recursos apontam que tanto o PT como o PSDB demonstram priorizar através da distribuição de recursos, além das disputas no nível nacional, as disputas proporcionais. No caso do PT, o partido prioriza os diretórios estaduais que elegem proporcionalmente mais deputados estaduais e no caso do PSDB priorizando os diretórios estaduais que elegem proporcionalmente mais deputados federais e estaduais, revelando um interesse organizacional e eleitoral nas disputas proporcionais também. Além da distribuição de recursos do PT privilegiar os diretórios que elegem mais deputados estaduais em alguns períodos, o partido apresentou alta correlação com distribuição proporcional ao número de eleitores por estado.

Segundo a literatura apresentada nas seções anteriores, o PMDB concentrou-se claramente nas disputas estaduais, mostrando-se avesso ao compromisso firmado em plano nacional. Porém, a distribuição de recursos da Direção Nacional para os Diretórios Estaduais do PMDB não possui nenhum grau de significância com êxito eleitoral dos partidos no nível estadual.

O vínculo entre o conflito partidário e o federalismo está nos incentivos estruturais que o arranjo institucional proporciona para que as elites busquem o controle político, neste caso os recursos oriundos do Fundo Partidário. Espera-se que os estados maiores, mais ricos e com maiores vitórias subnacionais possuam maior independência e poder, devido a sua importância para a estratégia da organização. Além disso espera-se que os partidos designem certa autonomia para as seções estaduais, pois essas possuem a capacidade

para compreender como maximizar votos na região (CARTY, 2004; van HOUTEN, 2009).

Segundo os dados apresentados, a premissa de estados com maiores vitórias subnacionais serem privilegiados com recursos financeiros pelo Diretório Nacional do partido mostrou-se parcialmente verdadeira. Entre os cinco partidos estudados aqui, em nenhum período analisado a hipótese da dissertação de distribuição de recursos aos diretórios estaduais com maior êxito eleitoral no nível estadual pode ser aferida ao PMDB. No entanto, a hipótese apresenta-se como significativa e válida no PT, PP, PFL/DEM e PSDB em diferentes períodos e variando o cargo eletivo, conforme estratégia do partido no momento.

Segundo Fabre e Ribeiro (2016), o Fundo Partidário distribuído para a cúpula nacional contribui para a centralização das organizações e a capacidade dos partidos estaduais de obter recursos constitui dimensão central da capacidade de formular e implementar políticas e decisões autônomas. Nesse sentido, averiguar que o PT e PMDB distribuem seus recursos conforme o número do eleitorado, de maneira mais proporcional deixa em aberto novas questões: a distribuição igualitária dos recursos entre os diretórios estaduais impacta na capacidade de implementar políticas e decisões autônomas das seções subnacionais? A distribuição desigualitária dos recursos financeiros contribuiria para o fortalecimento das lideranças regionais?

Nicolau (1996) alega que apesar de os partidos terem alcance nacional, todos eles estão fortemente regionalizados, com bases (organizacionais e eleitorais) de seu poder muito desigualmente distribuídas. A premissa do autor no âmbito da distribuição dos recursos públicos aos diretórios estaduais pode ser questionada nos casos do PMDB e do PT, que distribuem seus recursos de forma mais proporcional a suas bases organizacionais e eleitorais, em comparação aos casos do PSDB, DEM e PP onde redutos regionais parecem ser mais predominantes.

Se por um lado, a literatura aponta que a combinação do presidencialismo com representação proporcional e lista aberta,

necessariamente produziria um arranjo institucional que incentivaria a existência de partidos organizadamente frágeis, que excluindo, os partidos de esquerda, os demais apresentariam organizações muito fracas, prevalecendo o poder decisório nas instâncias estaduais. (MAINWARING, 1993).

Por outro lado, a pesquisa demonstrou exceções a essa premissa. Ao invés de organizações fracas com o poder decisório situado nas instâncias estaduais os dados apontaram para quatro de cinco partidos com a alta centralização de recursos. Indicando uma vasta diversidade organizativa entre os partidos analisados, que optam por estratégias, visando a sobrevivência organizacional, o desenvolvimento de suas seções subnacionais, vitórias eleitorais em nível nacional ou subnacional e fortalecimento de redutos regionais ou de lideranças nacionais.

Referências bibliográficas

ABRUCIO, F. *Os barões da federação*. São Paulo: USP, 1998.

ABRUCIO, F. "A coordenação Federativa no Brasil: A experiência do período FHC e os desafios do Governo Lula." *Revista Sociologia Política*, Curitiba, 24, p. 41-67, 2005.

ALMEIDA, L. *PPB: Origem e trajetória de um partido de direita no Brasil*. Dissertação de Mestrado- Departamento de Ciência Política da USP, 2004

ALMEIDA, M.H.T.d. "O Estado no Brasil Contemporâneo: um passeio pela história". Em: C. R. Melo & Alcântara, eds. *A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21*. Belo Horizonte: UFMG, 2007

AMARAL, O. "O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma avaliação de 100 anos de literatura." *Revista Debates*, Porto Alegre, v.7, p. 11-32, 2013.

ARRETCHE, M. "A descentralização das políticas sociais no estado de São Paulo: 1986-94." Relatório-síntese da pesquisa: *Balanço e perspectivas da descentralização das políticas sociais no Brasil*. São Paulo, FUNDAP, 1996.

ARRETCHE, M. "Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia." *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 18, n.2, p. 17-26, 2004.

BARTOLINI, S; MAIR, P. "Challenges to Contemporary Political Parties." Larry Duamof and Richard Gunther (eds) *Political Parties and Democracy*, pp.327-43. Baltimore, 2001.

BIEZEN, I. *Political Parties in New Democracies: Party Organization in Southern and East-Central Europe*. London: Palgrave Macmillan, 2003.

BIEZEN,I; KOPECKÝ, P. "The State and the parties: Public Funding, Public Regulation and Rent-Seeking in Contemporary Democracies." *Party Politics*, vol.13(2), pp.235-254, 2007.

BIEZEN,I; KOPECKÝ, P. "The cartel party and the state: Party-state linkages in European democracies." *Party Politics*, vol.20(2), 2014.

BIZZARO, F., A., N. *PMDB: organização e desenvolvimento em São Paulo (1994-2010)* - Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas, 2013.

BOLLEYER, N. "New party organization in Western Europe: Of party hierarchies, stratarchies and federations." *Party Politics*, pp. 315-336, 2011.

BRAGA, M.; BOURDOUKAN "A. Partidos Políticos no Brasil: Organização partidária, competição eleitoral e financiamento público." *Perspectivas*, São Paulo, v.35, p.117-148, 2009.

CAMPOS, M. *Democracia, Partidos e Eleições: os custos do sistema partidário-eleitoral no Brasil*. Belo Horizonte, tese de doutorado em Ciência Política, UFMG, 2009.

CAMPOS, M.; SPECK, B. *The Impact of State Funding On Political Parties on the National and State Level*. In. International Political Science Association (IPSA). University of Sao Paulo, Brazil, February 16-19, 2011.

CARREIRÃO, Y. d. (2014). "O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente." *Revista Brasileira de Ciência Política* (14), pp. 255-295.

CARTY, K. "Parties as franchise systems: The stratarchical organizational imperative." *Party Politics*, pp. 5-24, 2004.

CHANDLER, W., & CHANDLER, M. "Federalism and Political Parties." *European Journal of Political Economy*, pp. 87-109, 1987.

CORBELLINI, Juliano. *O Poder como vocação: O PFL na política brasileira (1984-2002)*. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

DESCHOUWER, K. "Political Parties as Multi-Level Organizations." In: R. Katz, & W. Crotty (Eds.), *Handbook of Party Politics*, pp. 291-300. London: Sage, 2006.

DUVERGER, M. *Os partidos políticos*. 3ed. Rio de Janeiro. Editora Zahar/UnB, 1980.

FABRE, E. "Measuring party organization: the vertical dimension of the multi-level organization of state-wide parties in Spain and the UK." *Party Politics*, pp. 343-363, 2011.

FERREIRA, D.P. "PFL x PMDB: Marchas e contramarchas." *Goiânia: Alternativa*, 2002.

GUARNIERI, F., *A força dos “partidos fracos”: um estudo sobre a organização dos partidos brasileiros e seu impacto na coordenação eleitoral*. Tese de Doutorado: Universidade de São Paulo, 2009.

HARBERS, I. “States and strategy in new federal democracies: Competitiveness and intra-party resource allocation in Mexico.” *Party Politics*, vol. 20, 2012.

HIPÓLITO, LÚCIA. *PSD- de raposas e reformistas*. São Paulo e Terra, 1985.

HOPKIN, J. *Political Decentralization, Electoral Change and Party Organization Adaptation: A Framework for Analysis*, *European Urban and Regional Studies*, 227-37, 2003.

KATZ, R; MAIR, P. *Introduction: the cross-national study of party organizations*, em KATZ, R & MAIR, P (eds.). *Party organizations: a data handbook on party organizations in western democracies, 1960-90*. London: Sage, 1992.

KATZ, R; MAIR, P. “Changing models of party organization and party democracy: the emergence of the cartel party.” *Party Politics*, v. 1, n. 1, p. 5-28, 1995.

KATZ, R; MAIR, P. “The Cartel Party Thesis: A Restatement.” *Perspectives on Politics*, p. 753-766, 2009.

KERBAUY, M.T. *A morte dos coronéis: política interiorana e poder local*. Araraquara: FCL/UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2000.

KIRCHHEIMER, O. *The Transformation of the Western European Party Systems*. In: Lapalombara, Joseph; WEINER, M (ed.). *Political Parties and Political Development*. Princeton: PUP, 1966. P.177-200.

KINZO, *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB, 1966-1979*. São Paulo, Vértice/Idesp, 1988.

KINZO, *Radiografia do quadro partidário brasileiro*. São Paulo, Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1993.

LIMA JUNIOR, O.B. “Partidos, Eleições e poder legislativo” in MICELI, S. (org.) *O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)*, São Paulo, Sumaré, vol.3.

MAINWARING, Scott. *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto; Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

MAIR, P. “Party Organizations: From Civil Society to the State.” In: KATZ, R; MAIR, P (ed.). *How Parties Organize: Change and Adaptation in Party Organizations in Western Democracies*. London: Sage, 1994.

- MELHEM, C. *Política de botinas amarelas: o MDB-PMDB paulista de 1965 a 1988*. São Paulo: Hucitec/DCP-USP, 1998
- MELO, C. R. “Eleições presidenciais, jogos aninhados e sistema partidário no Brasil.” *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.4, 2010.
- MENEGUELLO, Rachel. *PT: a formação de um partido, 1979-1982*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989
- MICHELS, R. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: UNB, 1982.
- PANEBIANCO, A. *Modelos de Partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- NICOLAU, J. *Multipartidarismo e democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro (1985-1994)*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- PINTO-DUSCHISKY, M. “Financing Politics: a global view.” In: *Journal of Democracy*. vol.13, nº4, october 2002.
- RIBEIRO, P. “Financiamento partidário no Brasil: propondo uma nova agenda de pesquisas.” *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 12, n.1, p. 33-44, 2009.
- RIBEIRO, P. “Organização e poder nos partidos brasileiros: Uma análise dos estatutos.” *Revista Brasileira de Ciência Política*, p. 225-265, 2013.
- RIBEIRO, P. “El modelo de Partido Cartel Y el Sistema de Partidos de Brasil.” *Revista de Ciencia Política*, vol. 33, n.3, p.607-629, 2013.
- RIBEIRO, P. e FABRE, E. *Multilevel party organizations in a fragmented presidential system: the case of Brazil*. Manuscrito não publicado, 2016.
- ROMA, C. *A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999*. RBCS, v.17, n.49, 2002.
- RUBIO, D.F. *Financiamiento Político en el Cono Sur: Argentina, Brasil, Chile, Paraguay y Uruguay*. In: GRINER, S. & ZOVATTO, D. (eds.). *De las Normas a las Buenas Prácticas: El desafío del financiamiento político en América Latina*. Publicado por la Organización de los Estados Americanos (OEA) y el Instituto Internacional para la Democracia y la Asistencia Electoral (IDEA). San José, 2004.
- SAMUELS, D. “Presidentialized parties: the separation of powers and party organization and behavior.” *Comparative Political Studies*, v. 35, n. 4, 2002.
- SOUZA, C. “Federalismo, desenho constitucional e instituições federativas no Brasil pós-1988.” *Revista de Sociologia Política*, nº24, p. 105-121, 2005.

SPECK, B.W. *La Financiación Política: desafío para las democracias en los países de América*. In: Foro de la sociedad civil. Proceso de participación de la sociedad civil en la XXXIV Asamblea General de la OEA. Quito, abril, 2004.

SPECK, B.W. “Reagir a escândalos ou perseguir ideais? A regulamentação do financiamento político no Brasil.” *Cadernos Adenauer*, Ano 6, n.2, p.123-159, 2005.

TAROUCO, G. *O Partido da Frente Liberal: Trajetória e papel no Sistema Político*. Dissertação de Mestrado- Departamento de Ciência Política da UNICAMP, 1999

TAROUCO, G. “Fatores do desenvolvimento do Partido da Frente Liberal” em PINTO, Céli Regina J. & SANTOS, André Marengo dos (orgs.). *Partidos no Cone Sul: novos ângulos de pesquisa*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2002.

THORLAKSON, L. “Patterns of Party Integration, Influence and Autonomy in Seven Federations.” *Party Politics*, pp. 157-177, 2009.

THORLAKSON, L. “Measuring vertical integration in parties with multi-level systems data.” *Party Politics*, pp. 713-734, 2011.

VAN HOUTEN, P. “Multi-Level Relations in Political Parties: A Delegation Approach.” *Party Politics*, pp. 137-156, 2009

Documentos partidários consultados:

Estatuto do PFL/DEM (1999). Aprovado pela Convenção Nacional de maio de 1999.

Estatuto do PFL/DEM (2003). Aprovado pela Convenção Nacional de maio de 2003

Estatuto do PFL/DEM (2007). Aprovado pela II Convenção Extraordinária de Refundação, em março de 2007.

Estatuto do PSDB: (1999). Aprovado pela Convenção Nacional Extraordinária de maio de 1999.

Estatuto do PSDB (2003). Aprovado pela VII Convenção Nacional, em novembro de 2003.

Estatuto do PSDB (2007). Aprovado pela X Convenção Nacional, em maio de 2011.

Estatuto do PSDB (2011). Aprovado pela X Convenção Nacional em maio de 2011.

Estatuto do PT (2007). Aprovado pelo Diretório Nacional em março de 2001.

Estatuto do PT (2013). Aprovado pelo Diretório Nacional em dezembro de 2013.

Estatuto do PT (2015). Aprovada pelo Diretório Nacional em outubro de 2015.

Estatuto do PMDB (1996). Aprovado pela Convenção Nacional Extraordinária em março de 1996.

Estatuto do PMDB (2013). Aprovada pela Convenção Nacional Ordinária em março de 2013.

Estatuto do PP (2003/2011). Aprovada pela Convenção Nacional Extraordinária, realizada no dia 20 de março de 1996, sofrendo alterações nas Convenções Nacionais de 1997, 1999, 2001, 2003, 2005, 2007, 2009, 2011.

Anexo 1: Distribuição do Fundo Partidário por ordem de relevância (percentual) dos recursos - PMDB²⁷

Estados	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
São Paulo	9,1%	10,7%	10,3%	9,7%	8,6%	7,6%	10,9%	10,9%	9,5%
Rio de Janeiro	8,1%	9,6%	9,2%	8,7%	7,4%	8,9%	9,3%	9,3%	8,7%
Paraná	6,7%	7,9%	7,7%	6,9%	6,1%	3,9%	0,6%	7,7%	5,8%
Minas Gerais	7,1%	0,0%	5,5%	4,3%	12,0%	4,2%	4,6%	0,0%	4,7%
Ceará	4,7%	5,9%	5,3%	5,5%	3,0%	5,7%	5,1%	5,4%	4,5%
Pará	4,2%	5,8%	4,8%	4,3%	4,3%	5,2%	5,4%	5,4%	4,6%
Santa Catarina	4,6%	5,4%	0,5%	4,7%	2,7%	5,5%	6,1%	5,5%	5,4%
Bahia	4,3%	5,0%	4,9%	4,4%	4,6%	1,9%	3,9%	5,4%	4,8%
Maranhão	3,2%	3,8%	3,7%	3,3%	4,2%	6,0%	5,3%	5,3%	3,9%
Goiás	4,4%	5,3%	5,0%	4,7%	4,2%	0,9%	5,2%	4,8%	3,8%
Rio Grande do Sul	5,3%	2,4%	3,6%	5,3%	5,1%	1,1%	0,0%	0,0%	5,8%
Pernambuco	3,8%	4,2%	4,1%	3,7%	2,9%	3,5%	3,6%	3,6%	3,4%
Rio Grande do Norte	1,2%	0,0%	2,0%	2,4%	3,0%	5,2%	2,8%	3,3%	5,1%
Paraíba	3,6%	0,9%	3,1%	2,7%	1,0%	4,6%	5,1%	4,9%	3,6%
Mato Grosso do Sul	2,8%	3,3%	3,2%	2,9%	3,1%	3,7%	3,9%	3,9%	3,2%
Espírito Santo	2,3%	3,5%	0,9%	2,0%	2,9%	3,4%	3,6%	3,3%	2,8%
Rondônia	2,1%	0,0%	2,0%	2,5%	2,7%	4,5%	2,7%	2,9%	2,8%
Amazonas	2,2%	2,6%	2,6%	2,1%	2,5%	3,0%	3,1%	2,2%	2,5%
Alagoas	2,3%	2,8%	2,7%	2,4%	2,5%	3,0%	3,1%	3,15%	1,9%
Distrito Federal	2,3%	2,7%	2,7%	2,4%	2,0%	2,5%	2,6%	2,6%	2,3%
Mato Grosso	2,6%	2,5%	2,8%	2,1%	1,7%	3,1%	3,1%	0,6%	2,5%
Amapá	2,0%	2,4%	2,3%	2,3%	1,7%	2,1%	2,2%	3,1%	1,9%
Roraima	1,6%	1,9%	2,1%	1,7%	1,8%	2,2%	2,3%	2,3%	2,0%
Acre	1,7%	1,9%	0,0%	1,6%	1,8%	2,1%	2,2%	2,2%	2,2%
Sergipe	1,5%	1,8%	1,8%	1,6%	1,9%	2,1%	2,5%	1,9%	1,6%
Piauí	3,1%	3,6%	3,9%	3,1%	2,9%	1,8%	0,0%	0,0%	0,0%
Tocantins	2,1%	2,9%	2,9%	2,6%	2,4%	1,2%	0,0%	0,0%	0,0%
Total	100%								

²⁷ Elaboração própria a partir dos demonstrativos de Recursos disponíveis no site do TSE.

Anexo 2: Distribuição do Fundo Partidário por ordem de relevância (percentual) dos recursos– PT²⁸

Estados	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
São Paulo	22,6%	25,4%	0,0%	7,1%	21,5%	16,8%	17,8%	8,9%	19,6%
Minas Gerais	7,3%	9,1%	12,6%	12,8%	12,1%	12,0%	9,9%	11,1%	11,5%
Paraná	5,8%	7,8%	10,7%	5,8%	5,2%	5,2%	4,2%	4,6%	7,3%
Ceará	5,3%	6,5%	9,0%	7,6%	4,7%	1,9%	2,7%	7,9%	6,8%
Rio Grande do Sul	10,1%	8,1%	11,2%	9,5%	0,0%	9,1%	6,4%	6,4%	1,6%
Bahia	5,2%	6,1%	5,6%	1,8%	6,0%	5,8%	5,4%	4,3%	5,2%
Pernambuco	1,5%	4,6%	6,4%	8,1%	7,7%	7,7%	6,3%	6,8%	1,3%
Rio de Janeiro	2,8%	6,8%	5,5%	0,0%	2,7%	7,9%	6,5%	7,0%	1,6%
Piauí	2,3%	1,9%	2,6%	3,0%	2,9%	2,9%	2,3%	2,5%	7,6%
Distrito Federal	4,8%	2,9%	4,1%	3,1%	3,8%	1,9%	3,1%	3,3%	3,6%
Paraíba	0,0%	3,7%	5,5%	4,3%	4,0%	2,7%	1,1%	2,9%	3,8%
Pará	0,3%	0,0%	0,0%	1,3%	0,0%	0,0%	5,3%	4,8%	5,1%
Mato Grosso do Sul	7,6%	1,98%	2,7%	3,9%	3,8%	2,6%	1,0%	2,3%	3,0%
Goiás	0,8%	0,3%	3,1%	4,2%	3,8%	3,7%	3,1%	3,4%	0,0%
Amazonas	2,1%	2,4%	3,3%	2,8%	2,6%	0,2%	1,9%	2,3%	2,5%
Sergipe	1,5%	0,9%	2,7%	2,0%	1,7%	2,4%	2,0%	1,9%	2,5%
Amapá	2,6%	1,4%	1,9%	2,4%	2,3%	0,4%	3,2%	2,0%	2,0%
Santa Catarina	1,3%	0,8%	1,2%	3,8%	0,0%	1,2%	2,8%	1,4%	2,5%
Maranhão	3,4%	0,1%	0,5%	0,0%	0,0%	2,6%	2,4%	2,7%	2,2%
Roraima	1,5%	1,2%	1,6%	1,3%	1,2%	1,1%	1,4%	1,1%	2,9%
Mato Grosso	2,7%	1,9%	2,5%	3,6%	2,0%	1,5%	2,5%	2,8%	0,0%
Tocantins	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,5%	2,2%	1,4%	2,0%	2,1%
Espírito Santo	2,5%	1,8%	2,5%	3,1%	2,9%	2,4%	1,2%	1,5%	0,2%
Acre	1,1%	1,7%	2,4%	1,7%	1,5%	1,5%	1,2%	1,4%	1,4%
Rio Grande do Norte	1,3%	0,1%	1,9%	2,1%	2,0%	2,0%	1,7%	0,7%	1,2%
Rondônia	1,2%	0,6%	0,0%	2,7%	1,7%	1,6%	1,6%	1,6%	1,1%
Alagoas	1,5%	1,1%	0,2%	1,9%	1,6%	0,0%	0,8%	1,6%	0,9%
TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

²⁸ Elaboração própria a partir dos demonstrativos de Recursos disponíveis no site do TSE.

Anexo 3: Distribuição do Fundo Partidário por ordem de relevância (percentual) dos recursos - PSDB²⁹

Estados	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Pernambuco	6,3%	22,2%	4,2%	20,6%	4,6%	13,4%	5,3%	3,9%	4,9%
São Paulo	11,6%	8,8%	12,3%	0,0%	10,0%	10,6%	12,9%	4,1%	0,0%
Paraíba	3,6%	2,9%	5,3%	4,3%	4,6%	5,7%	4,7%	4,1%	11,1%
Minas Gerais	6,9%	4,6%	3,8%	7,4%	6,3%	0,0%	5,9%	6,6%	8,9%
Pará	3,9%	6,4%	10,5%	2,9%	4,7%	6,3%	8,1%	5,1%	2,5%
Paraná	4,9%	4,2%	6,8%	6,3%	4,1%	4,3%	4,0%	4,3%	6,0%
Goiás	3,9%	0,5%	6,3%	6,2%	5,4%	3,2%	2,6%	2,1%	8,8%
Espírito Santo	2,1%	2,0%	0,4%	2,5%	11,4%	6,3%	2,9%	7,0%	2,9%
Bahia	3,5%	0,5%	2,8%	3,8%	3,3%	3,6%	3,1%	4,6%	5,1%
Ceará	5,1%	2,9%	4,7%	5,5%	3,2%	2,9%	3,6%	2,8%	4,1%
Acre	2,5%	2,3%	2,7%	2,2%	3,3%	4,0%	4,1%	4,6%	3,4%
Mato Grosso do Sul	3,2%	2,3%	4,2%	3,6%	3,7%	4,1%	5,2%	4,8%	1,7%
Alagoas	2,8%	6,0%	2,7%	2,5%	3,9%	0,7%	3,3%	3,5%	3,5%
Distrito Federal	2,1%	0,2%	2,7%	2,8%	0,7%	1,8%	3,3%	9,1%	3,2%
Amazonas	0,6%	1,8%	2,7%	4,9%	8,8%	3,0%	2,6%	2,8%	1,8%
Rio Grande do Sul	3,1%	2,3%	1,6%	0,0%	2,4%	3,2%	4,4%	3,9%	3,4%
Rio Grande do Norte	2,6%	1,9%	3,5%	1,4%	2,3%	5,7%	1,9%	3,2%	3,1%
Maranhão	4,6%	3,3%	0,5%	4,0%	3,5%	2,5%	1,7%	6,2%	2,2%
Mato Grosso	4,7%	3,2%	2,8%	2,6%	0,7%	3,9%	3,8%	0,6%	3,5%
Piauí	2,5%	1,9%	2,7%	3,1%	3,0%	4,3%	2,6%	0,9%	3,1%
Rio de Janeiro	4,7%	2,8%	2,1%	0,0%	0,0%	1,4%	3,4%	4,3%	3,5%
Tocantins	3,0%	2,6%	2,9%	2,5%	2,8%	1,5%	1,4%	2,6%	3,3%
Rondônia	2,6%	1,6%	0,6%	2,5%	2,4%	2,3%	2,5%	2,3%	3,6%
Roraima	1,2%	0,8%	3,0%	2,8%	1,7%	2,5%	2,4%	2,6%	3,2%
Amapá	2,4%	7,5%	2,7%	2,5%	2,3%	0,0%	2,3%	3,4%	1,4%
Sergipe	2,6%	2,0%	1,8%	0,0%	0,5%	2,3%	1,8%	0,0%	0,5%
Santa Catarina	2,5%	1,9%	2,7%	2,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Total	100%								

²⁹ Elaboração própria a partir dos demonstrativos de Recursos disponíveis no site do TSE.

Anexo 4: Distribuição do Fundo Partidário por ordem de relevância (percentual) dos recursos – PP³⁰

Estados	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Rio Grande do Sul	6,9%	6,9%	2,9%	8,7%	8,8%	4,7%	9,3%	38,9%	5,6%
Rio de Janeiro	9,6%	0,6%	8,7%	7,9%	10,6%	0,3%	9,3%	5,6%	9,3%
Paraná	9,7%	9,2%	7,6%	8,0%	6,0%	8,9%	5,8%	3,2%	5,7%
Minas Gerais	6,9%	6,6%	6,4%	7,5%	5,3%	7,9%	6,1%	3,8%	5,6%
Pernambuco	0,0%	5,1%	1,8%	5,8%	6,1%	5,9%	6,9%	2,9%	6,8%
Bahia	4,2%	1,7%	1,9%	3,2%	3,9%	3,6%	3,9%	7,1%	3,9%
Rio Grande do Norte	0,8%	1,4%	1,8%	1,4%	5,3%	6,1%	6,5%	3,9%	4,9%
Alagoas	0,0%	3,2%	3,5%	3,0%	2,4%	3,2%	21,2%	0,0%	2,6%
Acre	3,5%	4,2%	5,8%	3,1%	3,5%	4,8%	3,7%	2,2%	6,2%
São Paulo	2,0%	3,9%	3,5%	3,2%	3,2%	3,6%	5,2%	4,4%	3,8%
Paraíba	6,9%	6,6%	6,2%	5,6%	1,9%	5,8%	4,1%	1,8%	0,3%
Maranhão	3,5%	1,5%	2,4%	3,2%	2,8%	6,1%	3,9%	2,1%	3,6%
Piauí	3,4%	3,9%	1,8%	1,2%	2,9%	4,3%	2,9%	3,9%	3,6%
Tocantins	3,9%	4,2%	4,0%	3,6%	4,3%	4,6%	4,3%	0,2%	3,9%
Distrito Federal	3,7%	0,0%	4,3%	3,1%	2,8%	3,1%	4,8%	3,0%	3,1%
Amazonas	0,9%	3,6%	3,9%	4,6%	3,6%	3,6%	2,6%	2,4%	2,2%
Pará	3,4%	3,7%	3,5%	3,0%	3,2%	4,0%	3,1%	0,0%	4,2%
Rondônia	0,3%	4,2%	4,6%	3,1%	3,8%	5,1%	3,2%	0,9%	1,8%
Goiás	3,4%	3,2%	3,1%	3,2%	2,9%	0,6%	1,6%	4,1%	3,0%
Mato Grosso	3,4%	0,2%	3,3%	3,0%	2,5%	1,6%	1,6%	2,1%	4,2%
Roraima	2,1%	4,2%	2,3%	0,0%	0,0%	4,6%	4,2%	0,9%	3,6%
Ceara	3,5%	3,9%	3,5%	3,2%	2,9%	2,8%	0,0%	1,6%	2,7%
Mato Grosso do Sul	3,4%	3,4%	3,5%	3,2%	3,0%	2,0%	1,3%	1,8%	2,1%
Sergipe	3,4%	3,7%	3,5%	3,1%	2,3%	1,4%	2,4%	1,3%	1,8%
Amapá	3,4%	3,9%	2,2%	1,0%	2,9%	2,4%	1,7%	0,4%	1,7%
Espirito Santo	3,4%	3,7%	3,5%	3,2%	2,3%	0,1%	2,1%	1,3%	0,0%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

³⁰ Elaboração própria a partir dos demonstrativos de Recursos disponíveis no site do TSE.

Anexo 5: Distribuição do Fundo Partidário por ordem de relevância (percentual) dos recursos – DEM³¹

Estados	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Pernambuco	5,6%	3,9%	6,6%	7,9%	8,8%	17,5%	27,9%	7,2%	7,4%
Rio Grande do Norte	3,3%	5,6%	4,9%	6,6%	4,6%	5,6%	6,6%	6,9%	5,1%
Sergipe	3,4%	6,1%	5,9%	7,2%	6,5%	7,9%	4,8%	0,5%	1,2%
Pará	3,6%	4,8%	5,4%	5,0%	3,5%	4,2%	0,0%	14,1%	5,5%
Paraíba	3,3%	0,8%	5,4%	4,9%	4,6%	3,8%	7,8%	9,1%	6,2%
Santa Catarina	4,4%	5,7%	8,3%	11,0%	8,2%	2,2%	2,0%	2,2%	0,0%
Bahia	3,2%	0,0%	0,0%	0,0%	4,5%	8,5%	3,1%	8,6%	12,7%
Minas Gerais	4,2%	4,1%	4,3%	4,6%	3,7%	3,9%	7,1%	6,3%	5,9%
Goiás	3,3%	3,4%	5,2%	5,2%	3,9%	4,5%	6,2%	4,6%	5,2%
Rio de Janeiro	4,5%	4,6%	1,9%	2,5%	4,6%	2,5%	0,0%	0,0%	14,5%
São Paulo	4,0%	5,3%	3,6%	3,8%	5,7%	6,9%	2,4%	2,5%	2,8%
Rio Grande do Sul	6,9%	6,6%	2,1%	1,5%	5,2%	4,9%	0,0%	0,0%	2,2%
Tocantins	4,4%	3,8%	5,4%	4,4%	2,6%	2,3%	1,4%	4,8%	2,5%
Paraná	3,4%	3,2%	3,8%	3,3%	2,4%	2,2%	3,9%	4,4%	3,7%
Maranhão	4,9%	4,4%	4,4%	4,2%	2,9%	2,4%	2,5%	2,6%	1,9%
Amazonas	3,6%	3,4%	3,9%	3,3%	3,5%	3,4%	2,1%	0,9%	3,3%
Mato Grosso	4,0%	3,3%	3,4%	3,6%	2,0%	2,7%	0,6%	3,5%	2,8%
Distrito Federal	3,3%	3,1%	2,6%	2,0%	3,1%	2,4%	2,8%	3,7%	2,2%
Roraima	2,9%	3,9%	3,9%	2,5%	2,5%	3,0%	2,1%	2,2%	1,5%
Amapá	2,9%	4,3%	2,2%	2,6%	5,6%	0,6%	3,2%	1,6%	1,1%
Ceará	3,3%	4,2%	4,4%	3,3%	2,1%	1,9%	0,0%	0,0%	3,3%
Piauí	5,1%	5,7%	4,4%	3,8%	2,1%	0,0%	2,6%	0,0%	0,0%
Alagoas	3,0%	0,0%	2,9%	2,9%	2,1%	1,8%	3,7%	4,1%	2,6%
Mato Grosso do Sul	2,8%	2,7%	2,5%	1,9%	2,3%	1,6%	1,7%	2,4%	1,8%
Acre	0,5%	2,9%	0,0%	1,6%	1,9%	1,0%	2,6%	5,8%	2,5%
Espírito Santo	2,8%	2,7%	1,4%	0,0%	0,7%	1,6%	2,4%	1,6%	1,1%
Rondônia	3,0%	0,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Total	100%								

³¹ Elaboração própria a partir dos demonstrativos de Recursos disponíveis no site do TSE.